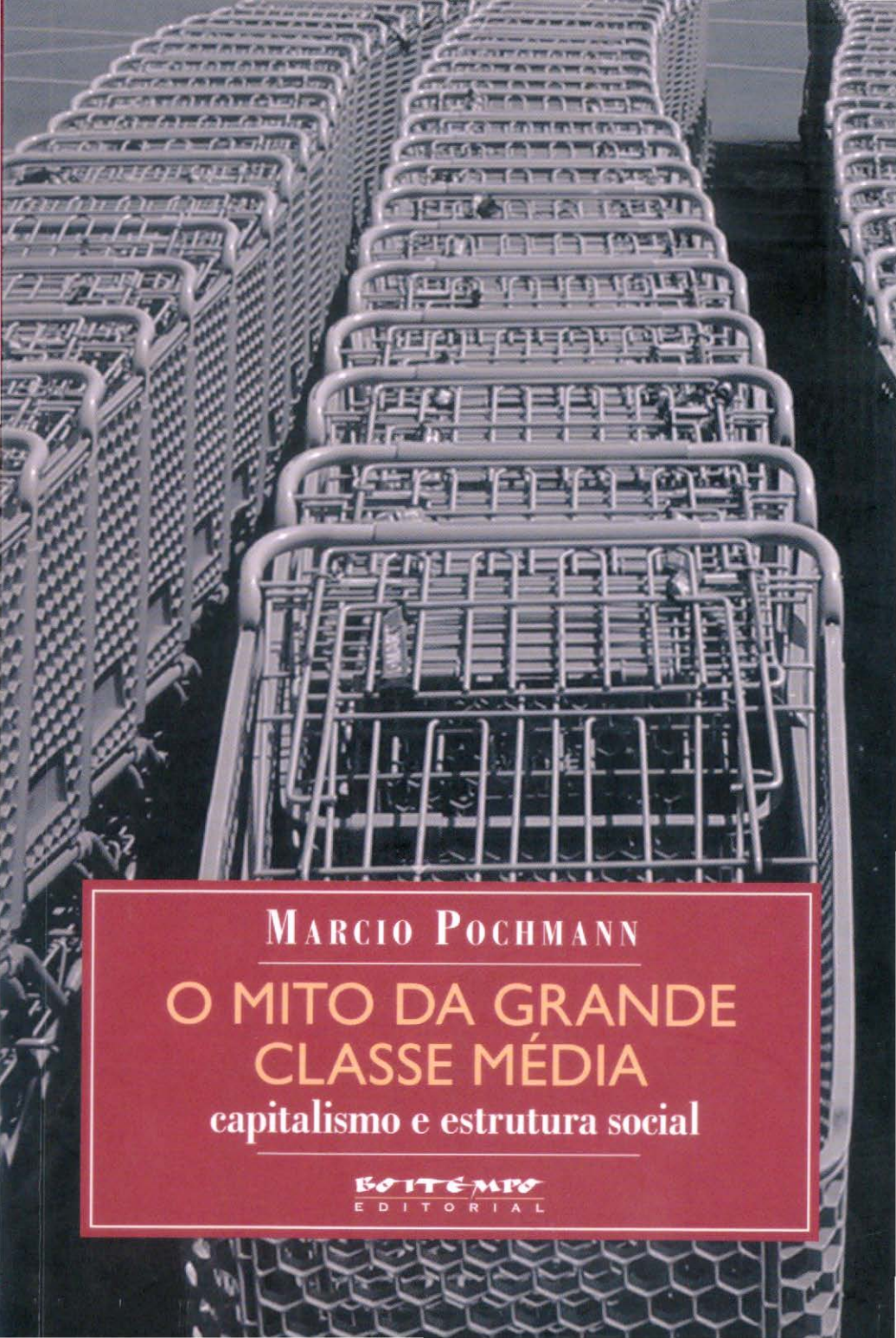




MARCIO POCHMANN

O MITO DA GRANDE
CLASSE MÉDIA
capitalismo e estrutura social

BOITE MPO
EDITORIAL

Ou seja, dois dos critérios centrais de que se dispunha tradicionalmente para determinar o pertencimento à classe média (e reforçados pela ditadura, primeiro, e pelo neoliberalismo, depois), isto é, o consumo de bens duráveis e serviços e o crédito bancário, se desfazem na materialidade real, uma vez que esses critérios, agora, alcançam a classe trabalhadora (e, sobretudo, os trabalhadores mais pobres). No entanto, *ideologicamente* esses critérios continuam aparecendo como definidores da classe média, donde o prestígio ideológico tanto da ideia de “medianização” da sociedade quanto da afirmação de que surgiu no Brasil uma nova classe média, contra todos os dados concretos que mostram de maneira inequívoca o surgimento de uma nova classe trabalhadora brasileira.

Livro de análise contra o senso comum, este é também um livro de combate político, atento aos riscos do encobrimento da realidade social não apenas pelo imaginário neoliberal, mas também pela tradição autoritária da sociedade brasileira, que, avessa ao sentido democrático dos direitos, naturaliza e valoriza positivamente a divisão social como oposição entre o privilégio e a carência.

Marilena Chauí
São Paulo, fevereiro de 2014

APRESENTAÇÃO

O último quarto do século passado fortaleceu os sinais de descrédito quanto às experiências de socialismo real e aos consensos constituídos em torno do Estado de bem-estar social, isto é, aos dois dos principais projetos políticos de êxito e de grande envergadura na revolução profunda ou na reforma considerável do modo de produção capitalista da era moderna.

Concomitantemente à ascensão do modelo neoliberal – não desaconselhado pela parceria com a chamada terceira via (ou neoliberalismo com desconto) –, transcorreu mais uma onda de modernização do capitalismo determinada por avanços tecnológicos, sobretudo no campo da produção de informação e comunicação. Não obstante o quadro de crise do capitalismo globalizado, gerador de maior desemprego, pobreza e desigualdade em termos de renda, riqueza e poder, o balanço das últimas três décadas segue ainda inconcluso, alimentado que está por dificuldades de considerável dimensão.

Uma delas emerge do esvaziamento da perspectiva teórica totalizante e crítica ao capitalismo, presente, em geral, nas análises atualmente existentes. Certamente, a fragmentação do saber especializado, que predomina na concepção pós-moderna da sociedade, contribui enormemente para isso.

Na sequência encontra-se outra dificuldade de análise, associada à predominância do ambiente contrarreformista liberal-conservador, provocador de constantes desvios de atenção por parte das ciências sociais, particularmente no que tange aos temas das classes, da estratificação e da mobilidade social. O apequenamento das agendas de pesquisa levou ao empobrecimento das

interpretações sobre os rumos do capitalismo e seus impactos perversos nas sociedades atuais.

É nesse sentido que a complexidade dos problemas cada vez mais profundos encontra paradoxalmente a simplificação das respostas como terreno fértil para a prevalência de uma abordagem limitada sobre as sociedades contemporâneas. Encaixa-se nesta perspectiva a temática da estrutura social brasileira, nitidamente transbordada de realidade por força do superdimensionamento fictício de uma grande e nova classe média, descontextualizada de qualificação analítica e de base empírica consistente.

Exemplo disso parece ser a arbitrária identificação de dois em cada três trabalhadores domésticos como pertencentes à “nova classe média” brasileira. No mesmo diapasão, destaca-se o registro no qual um em cada dois chefes de família sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto é incluído na condição de “nova classe média” ou, ainda, na mesma classificação social da metade das famílias que mora em favelas no país.

Causa estranheza adicional reconhecer que mesmo defensores da existência de uma “nova classe média” no Brasil terminam por reproduzir velhos argumentos utilizados por cientistas sociais liberais e neoliberais europeus desde o final da década de 1980 para situações distintas¹. Interessa aqui, contudo, ressaltar que a insistência de alguns em superdimensionar o conceito de classe média revela a miragem gerada em favor da substituição das políticas sociais universais por aquelas de menor custo, ou seja, focalizadas estritamente nos fundamentalmente miseráveis da estrutura social.

Se um país assume a condição majoritária de classe média, mesmo que na condição de mito, abre-se a possibilidade de ser vista até como natural a defesa de serviços ofertados exclusivamente pelas forças de mercado. A partir do rendimento de “nova classe média”, o projeto político da liberdade de comprar o que melhor convier se expressaria pelo meio propagandístico da justiça social, ainda que falsa.

Neste horizonte em que aportam os vetores recauchutados do neoliberalismo impulsionado pelo Banco Mundial e por suas articulações no plano nacional, cabe também a defesa de um consumismo a ser atendido de

maneira crescente pelas importações de bens e serviços. A consequência disso tem tido o destino certo da desindustrialização do parque produtivo nacional e da especialização das exportações no velho e conhecido extrativismo mineral e vegetal. Novamente o Estado segue sendo o foco dos ataques antidesenvolvimentistas da abertura passiva e subordinada e do ajuste fiscal permanente.

Por outro lado, o enfrentamento do movimento maior de esvaziamento do parque produtivo manufatureiro e do rebaixamento da pauta de exportação poderia fornecer a receita necessária e coerente para a geração de verdadeiros postos de trabalho de classe média aos brasileiros. Ao mesmo tempo, o reposicionamento de uma nova plataforma dos serviços públicos guardaria relação direta tanto com o pleno atendimento das demandas atuais – secularmente não resolvidas pelo setor privado – quanto com a portabilidade das novas e verdadeiras ocupações de classe média.

É por essas razões que o presente livro pretende ser uma contribuição adicional ao debate sobre as alterações em curso na estrutura social brasileira. Quatro são suas partes constitutivas, tendo a primeira a urgência de situar no tempo os distintos entendimentos a respeito das classes sociais, especialmente porque, no caso da classe média, sua definição e constatação não deveriam ocorrer de forma isolada, mas associada ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme o capítulo inicial busca fazer.

A segunda parte coloca no centro do debate a perspectiva da classe trabalhadora brasileira frente à imposição da condição de subconsumo derivado do ciclo de industrialização tardia e à resistência dos segmentos dominantes em aceitar as mesmas reformas civilizatórias realizadas nas economias capitalistas avançadas. O exemplo desses mesmos países demonstra, aliás, que a constante inclusão no consumo de massa de novos segmentos sociais ao longo do segundo pós-guerra não terminou por conduzir à mudança de classe social; ao contrário, essa mudança foi fruto da pressão e implementação da agenda da classe trabalhadora por governos de esquerda.

A terceira parte volta-se à análise do salto recente no consumo dos brasileiros, sobretudo daqueles pertencentes à base da pirâmide social, como resultado das políticas sociais-desenvolvimentistas. Isso não obscurece, contudo, outros aspectos, como a alteração nos preços relativos fundamentalmente

¹ B. Jobert (org.), *Le tournant néo-libéral en Europe* (Paris, L'Harmattan, 1994); A. Giddens, *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics* (Cambridge, Polity, 1994).

à modernização do padrão de consumo da população, constituído em meio ao avanço do capitalismo monopolista e transnacional.

A quarta e última parte concentra a reflexão sobre o movimento de retorno à mobilidade social na primeira década do século XXI. Após a longa noite constituída pelas duas últimas décadas de congelamento da estrutura social brasileira, consolidou-se uma expressiva geração de novas ocupações acompanhada por uma consistente política de rendas voltada para o deslocamento da curva da distribuição de renda dos 40% mais pobres da população. A identificação desses segmentos e a análise do movimento geral da ocupação e do rendimento reforçam os laços significativos da volta da mobilidade social ascendente no país, sobretudo na base da pirâmide social brasileira, que nada tem de nova, tampouco de classe média.

São Paulo, setembro de 2013

1. CLASSE MÉDIA EM QUATRO TEMPOS

O termo classe média não atende a uma base conceitual de origem controlada, sendo por isso incerto e tendo significados distintos ao longo do tempo. Ademais, o desdobramento derivado da determinação de grupos sociais concretos tendeu a se diferenciar não apenas ao longo do tempo, como também por regiões geográficas mundiais e por países.

Em geral, a expressão classe média requer considerar – por ter sua força constitutivamente marcada pelo desenvolvimento capitalista – a temporalidade em que este específico segmento social ganhou identidade analítica. Com base na revisão da literatura especializada, tornou-se possível estabelecer em quatro tempos históricos distintos a evolução das definições de classe média, e isso de forma concomitante às principais transformações estruturais no modo de produção capitalista.

Assim, busca-se situar ao longo do desenvolvimento capitalista a identificação do tema da classe média a partir de um breve resgate do debate realizado acerca das classes sociais. O maior destaque, contudo, concentra-se no período mais recente de repercussões na classe média derivadas de mudanças substanciais no modo de reprodução do capital.

Isso tudo porque, ao longo do tempo, o capitalismo não levou à simplificação da estrutura social, mas, sim, tornou cada vez mais complexo e diversificado o seu entendimento. O reconhecimento de que o modo de produção capitalista requer para a sua expansão a existência de um centro dinâmico

estruturado por economias satélites aponta para a conformação de padrões de desenvolvimento desiguais e combinados.

É no centro dinâmico do capitalismo que se explicitam mais claramente as principais implicações para a estrutura social, estando, por isso, nele o foco inicial da abordagem sobre o tema da classe média. Não se desmerece, entretanto, o debate referente à classe média realizado na periferia do sistema capitalista, mesmo porque ele tende a revelar distinções significativas no interior da estrutura social, sempre que guardadas as devidas atenção e consideração. Isso é o que se pode observar em análises sobre o tema².

Por ser um fenômeno histórico determinado por acontecimentos díspares, porém conectados ao funcionamento dos distintos modos de produção, a estrutura de divisão do trabalho alterou-se ao longo do tempo e conforme o espaço territorial. É nesse sentido que as classes podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos, ou melhor, como produtos de um conjunto de estruturas relacionadas com as esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas³.

Na sequência apresentam-se as distintas manifestações identificadoras da temática da classe média à luz de quatro principais tempos históricos de transformação no modo de produção capitalista. Em cada um desses tempos, modalidades distintas de interpretação da classe média são destacadas.

1.1. No capitalismo da livre concorrência

Desde a Primeira Revolução Industrial e Tecnológica ocorrida na Inglaterra, a velha estrutura social herdada do feudalismo entrou em decomposição. O entendimento a respeito da emergência do capitalismo e de suas consequências

na estruturação da nova sociedade urbana e industrial encontrou interessantes esforços interpretativos naquela oportunidade.

Na perspectiva anglo-saxônica, a transição do servo pertencente à antiga sociedade feudal europeia para a condição de operário urbano nas indústrias inglesas em plena manutenção da nobreza resultaria no aparecimento de um segmento intermediário, identificado por classe média. Na realidade, a classe média seria expressão da própria burguesia nascente, constituindo-se por industriais e comerciantes capitalistas emergentes⁴.

Essa interpretação, contudo, não tardou a ser contestada. Pela perspectiva marxista, poderia haver uma classe intermediária em relação aos extremos do desenvolvimento capitalista concorrencial, estruturada entre o pauperismo dos operários urbanos e a riqueza apropriada pela nobreza.

O avanço de uma onda da industrialização retardatária disseminada em países como Alemanha, França e Estados Unidos gerou novas interpretações a respeito das classes sociais presentes no capitalismo de livre concorrência. Para além da perspectiva anglo-saxônica da classe média como expressão da burguesia em ascensão, surge uma visão de classe média associada ao desenvolvimento dos serviços urbanos, portadores da autogestão no interior do próprio trabalho⁵.

Resumidamente, ela seria formada por segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais com interesses materiais e perspectivas ideológicas comuns, incapazes de serem situados tanto na classe operária quanto na burguesa. A classe média dos serviços, expressa por ocupações mais intelectualizadas, foi uma contribuição dos anarquistas do final do século XIX.

Diferentemente disso, Karl Marx procurou afastar qualquer possibilidade da existência de classes intermediárias à polarização estabelecida entre as classes estruturais (operária e burguesa) da sociedade capitalista em expansão. Isso porque o movimento de acumulação de capital se configuraria como um processo de proletarianização do trabalho. Mesmo havendo classes intermediárias

² Ver: B. Kaiser, Pour une analyse de la classe moyenne dans les pays du Tiers Monde, *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 26, n. 101, jan.-mar. 1985, p. 7-30; A. Bárcena e N. Serra (orgs.), *Clases medias y desarrollo en América Latina* (Santiago/Barcelona, Cepal/Cidob, 2010).

³ Um bom debate a este respeito encontra-se em: B. Carter, *Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class* (Londres, Routledge/Kegan Paul, 1985); N. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (Paris, Seuil, 1974); E. Thompson, *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade* (trad. Denise Bottmann, Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987); P. Anderson, *Arguments Within English Marxism* (Londres, Verso, 1980); A. Przeworski, *Capitalism and Social Democracy* (Cambridge, MIT, 1985).

⁴ Para mais detalhes, ver: L. James, *The Middle Class: A History* (Londres, Little, Brown, 2006).

⁵ Ver: M. Bakunin, Marx, the Bismarck of Socialism, 1870, em L. Krimerman e P. Perry (orgs.), *Patterns of Anarchy: A Collection of Writings on the Anarchist Tradition* (Nova York, Anchor Books, 1966).

acima dos antagonismos diretos entre proletários e burgueses, elas seriam concebidas como provisórias. De um lado, haveria a presença de uma pequena burguesia constituída por pequenos proprietários na agricultura, no comércio e na produção urbana, que se apresentaria como uma espécie de resíduo de sociedades pré-capitalistas. De outro, existiriam segmentos assalariados compostos por empregados e técnicos superiores e portadores de relações ambíguas entre operários e burgueses. Esses segmentos intermediários estariam em fase de transição para a condição de proletarização decorrente do movimento geral do capital⁶.

1.2. No capitalismo oligopolista

Desde a segunda metade do século XIX, a força da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica e a irradiação da industrialização retardatária para mais países, como Itália, Rússia e Japão, geraram mudanças ainda mais profundas no padrão de desenvolvimento capitalista. O impacto sobre a estrutura social urbana e industrial não tardou a ocorrer, impulsionando um rico e diversificado debate acerca do desenvolvimento capitalista e das classes sociais.

Isso porque, com a grande empresa, o capitalismo de livre competição se direcionou para uma estrutura competitiva oligopolizada, e o preço final da grande empresa se expressou pelo afastamento do exclusivo movimento entre oferta e demanda para evoluir na definição de uma margem de lucro adicionada ao custo total de produção. O tamanho da margem de lucro tenderia a refletir o grau de monopólio de cada empresa.

Com isso, o preço da mão de obra empregada tornou-se custo fixo na grande empresa, cujo contingente de ocupados passou para a casa de milhares, contrastando com o perfil das micro e pequenas empresas vigentes até então. Nesse sentido, a administração de múltiplas tarefas associadas às grandes empresas determinou o aparecimento de novas ocupações tecnificadas da produção para além das necessidades do chão de fábrica, como é o caso da supervisão, gerência e diretoria, entre outras tarefas da burocracia empresarial nas áreas de vendas, recursos humanos, compras, marketing etc.

⁶ Ver: K. Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política* (trad. Mario Duayer et al, São Paulo, Boitempo, 2011).

Em síntese, o predomínio das técnicas do fordismo compreendeu a formação de um novo contingente de quadros de nível técnico e superior nas grandes empresas públicas e privadas. Ao mesmo tempo, a passagem do antigo Estado mínimo vigente no capitalismo de livre competição para o Estado de bem-estar social do capitalismo oligopolista significou a ampliação do emprego público para cerca de um quarto da população ocupada.

De maneira geral, o emprego público representou uma absorção significativa de mão de obra qualificada para dar conta de uma variedade de serviços de educação, saúde, assistência, entre outros de maior remuneração. Em virtude disso, a somatória do emprego de cargos de nível médio e superior nas grandes empresas públicas e privadas e no setor público permitiu ampliar a definição inicial de classe operária para a de classe trabalhadora.

Essa mudança importante na estrutura das sociedades urbanas e industriais convergiu para interpretações distintas, como no caso da definição de classe média. Logo, na passagem para o século XX, ganhou destaque a controvérsia gerada entre comunistas e social-democratas europeus sobre estrutura social. De um lado, temos aqueles que identificaram o surgimento e o fortalecimento de uma nova classe média, relacionados às ocupações de gestores e técnicos não diretamente associadas à relação capital-trabalho, ainda que submetidas às condições gerais de reprodução ampliada do capitalismo⁷. Por essa concepção, uma nova classe média viria substituir a antiga, formada por pequenos burgueses (micro e pequenos empresários, artesãos, comerciantes e profissionais liberais, entre outros), que fora contida gradualmente pelo processo de centralização e de concentração do capital oligopolizado. Assim, a ampliação dos segmentos ocupacionais intermediários resultaria da expansão da grande empresa fordista, capaz de alterar a velha estrutura social⁸.

⁷ Ver: K. Kautsky, *A ditadura do proletariado* (trad. Eduardo Sucupira Filho, São Paulo, Ciências Humanas, 1979); E. Bernstein, *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia* (trad. Alfonso Aricho, Cidade do México, Siglo Veintiuno, 1982); A. Teixeira (org.), *Utopias, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época* (Rio de Janeiro, Record, 2002).

⁸ Ver: C. Mills, *White Collar: The American Middle Classes* (Oxford, OUP, 2002); J. Burnham, *The Managerial Revolution* (Bloomington, IUP, 1960); G. Simmel, *Sociologie et épistémologie* (Paris, PUF, 1981).

Por outro lado, a redução relativa da classe operária em comparação com o número total de ocupados seria percebida como insuficiente para diminuir o seu protagonismo no processo de transformação da sociedade capitalista e tampouco comprometeria o papel da luta de classe estabelecida no interior de uma sociedade gerada pelo modo de produção capitalista⁹.

O caminho de "medianização" da sociedade seria observado como intrínseco à geração ampliada de ocupações de classe média e ao movimento de homogeneização do assalariamento regulado e, também, como estruturador do conjunto do funcionamento do mercado de trabalho. Isso se tornou mais evidente nos países onde o Estado de bem-estar social com garantias de renda e a difusão do consumo de massa se mostraram uma realidade capaz de contrair o grau de polaridade entre as classes operária e burguesa, especialmente durante os trinta anos gloriosos (1945-1975) de queda da pobreza absoluta, de elevação da renda e de pleno emprego da mão de obra nas economias centrais¹⁰.

1.3. No capitalismo pós-industrial

A reconstrução europeia ocorrida a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) transcorreu simultaneamente à difusão do processo de industrialização tardia em alguns países capitalistas na América, na Ásia e na África (África do Sul, Argentina, Brasil, Coreia, Índia, México, entre outros). A difusão do fordismo segundo o padrão manufatureiro estadunidense impactou a ocupação nos países de maneira generalizada, sem resultar, necessariamente, em mudanças semelhantes na estrutura social.

Ademais, as nações de industrialização madura (EUA, Japão, França e Inglaterra, por exemplo) passaram a conviver com um decréscimo relativo da população ocupada no setor industrial em comparação com o gigantismo do setor terciário, sobretudo de serviços, a partir da segunda metade do século XX. Adiciona-se a isso o processo de transição dos padrões de produção

⁹ Para mais detalhes, ver: V. Lenin, A revolução proletária e o renegado de Kautsky, em *Obras escolhidas* (Lisboa, Avante, 1977).

¹⁰ Ver: R. Nisbet, The Decline and Fall of Social Class, *Pacific Sociological Review*, Berkeley, UCP, v. 2, n. 1, 1959, p. 11-7; H. Mendras, *La seconde révolution française: 1965-1984* (Paris, Gallimard, 1988).

fordista da grande empresa para o toyotismo, assentado no modelo de empresa enxuta, de menor hierarquia e de contida burocratização da base técnica e superior por meio da generalização das terceirizações, que ocorreram inicialmente nas ocupações de menor remuneração. Com isso, uma série de interpretações surgiu buscando entender os impactos desse arranjo sobre a estrutura de classes sociais, bem como a configuração da classe média. De imediato, com a expansão do setor de serviços reascendeu-se o debate em torno do trabalho produtivo e improdutivo.

Em geral, entendeu-se que no capitalismo do final do século XX não faria mais sentido diferenciar o trabalho produtivo do improdutivo, uma vez que o conjunto dos assalariados estaria submetido à lógica do capital, seja nas fábricas, seja nos escritórios, seja nos comércios, nos bancos, entre outros¹¹. Alguns traços disso se associaram à redefinição da classe média assalariada que se encontrava tanto no setor privado, na gerência entre operários e proprietários, quanto no Estado, relacionado à administração do fundo orçamentário intermediado por interesses públicos e privados¹².

Além disso, a mudança na composição das ocupações estimulada pela queda relativa dos setores primário e secundário da economia e pela elevação significativa dos serviços em atividades de produção, distribuição, social e pessoal gerou interessante discussão sobre a natureza do capitalismo. Uma nova classe média dos serviços estaria sendo influenciada pela transição para a sociedade pós-industrial capaz de alterar a polarização na estrutura tradicional de classes entre proletários e burgueses. Em vez do conflito capital-trabalho, emergiram conflitos maiores entre os detentores e os não detentores das informações estratégicas¹³.

¹¹ Ver: M. Nicolaus, *El Marx desconocido: proletariado y clase media en Marx: coreografía hegeliana y dialéctica capitalista* (trad. Fernando Santos Fontenla, Barcelona, Anagrama, 1972); H. Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX* (trad. Nathanael C. Caixiro, 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1980).

¹² Ver: B. Carter, *Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class*, cit.; R. Fausto, *Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética* (2. ed., São Paulo, Brasiliense, tomo 2, 1987); F. Oliveira, O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público, *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 22, 1988, p. 8-28.

¹³ Ver: D. Bell, *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social* (trad. Heloysa de Lima Dantas, São Paulo, Cultrix, 1977); A. Touraine, *La société post-industrielle: naissance d'une société* (Paris, Denoël/Gonthier, 1969); C. Offe, *New Social Movements:*

É nesse sentido que se trataria de uma nova classe média portadora de futuro, com significativo poder sobre as formas de controle e de técnicas racionais de dominação que atingem a todas as esferas da vida social¹⁴. Essa concepção acerca da existência de uma nova classe média dos serviços não tardou a sofrer reação da parte de outras visões distintas. Por um lado, daquelas interpretações que identificavam o movimento geral do desenvolvimento capitalista como responsável por levar à perda da centralidade do trabalho, o que terminava por esvaziar, assim, o seu papel fundamental na integração social¹⁵. Por outro, dos estudos que reforçavam as transformações no interior da classe trabalhadora diante das mudanças no capitalismo geradas pela revolução informacional¹⁶.

Assim, a multipolarização da identidade do conjunto dos assalariados de base informacional levaria ao esvaziamento do papel da representação dos sindicatos e ao rebaixamento da convergência em favor do Estado de bem-estar social. Em virtude disso, a identificação de uma nova classe média com expressão política seria a perspectiva de alguns autores ao desenvolverem a hipótese da “medianização” da sociedade presente nas ocupações descentralizadas e não hierarquizadas em expansão no capitalismo pós-industrial¹⁷. Outros autores, contudo, rebateram com descrença esse movimento na estrutura social, insuficiente para mover os avanços de um liberalismo libertário sem

Challenging the Boundaries of Institutional Politics, *Social Research*, Nova York, The New School, v. 52, n. 4, 1985, p. 817-68.

¹⁴ Ver: A. Gouldner, *El futuro de los intelectuales y el ascenso de la nueva clase* (trad. Néstor Míguez, Madri, Alianza, 1979); P. Bourdieu, *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste* (trad. Richard Nice, Londres, Routledge, 1984).

¹⁵ Ver: A. Gorz, *Adeus ao proletariado: para além do socialismo* (trad. Angela Ramalho Vianna, Sérgio Góes de Paula, 2. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987); C. Offe, *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política* (trad. Wanda Caldeira Branr, São Paulo, Brasiliense, 1989).

¹⁶ Ver: S. Mallet, *La nouvelle classe ouvrière* (Paris, Seuil, 1963); J. Lojkinc, *La classe ouvrière en mutations* (Paris, Messidor, 1986); Idem, *La révolution informationnelle* (Paris, PUF, 1992); R. Antunes, *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp, 1995).

¹⁷ Ver: A. Giddens, *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* (trad. Maria Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Record, 1999); B. Jobert (org.), *Le tournant néo-libéral en Europe*, cit.

alteração profunda no modo de exploração dos assalariados. Isso, é claro, na perspectiva daqueles autores convictos em relação ao avanço do trabalho imaterial como reorganizador da nova estrutura social¹⁸.

1.4. No capitalismo monopolista transnacional

A diversidade de estruturas sociais vigentes no início do século XXI reflete o curso de uma nova divisão internacional do trabalho. Quanto mais acelerada for a dinâmica econômica, maior tende a ser a força das mudanças sociais cujo peso da ocupação e renda ganha destaque.

Não sem motivo, os estudos sobre mobilidade social ascendente tendem a se concentrar nos países da região sul do mundo, uma vez que são eles, cada vez mais, os que respondem pela maior parcela da produção global. Assim, quanto maior for o crescimento econômico sustentado pela força do capitalismo industrial, mais ampla tende a ser a modificação da estrutura social.

O deslocamento do passado das sociedades agrárias, praticamente sem grandes mudanças sociais para o presente das sociedades de classes amparadas pelo curso da industrialização e suas consequências em termos de mobilidade intra e intergeracional, tem sido apresentado como referência destacada nos estudos sobre estrutura social. Destaca-se, ainda, a conformação de uma classe média, intermediária à polarização entre as duas classes estruturadoras do capitalismo industrial (proletários e burgueses).

Em países de conteúdo dinâmico associado à exploração dos recursos naturais, a estrutura social tendeu a distanciar-se pouco das antigas sociedades agrárias, de modo que a classe média existente se manteve prisioneira à posse de pequena propriedade e aos negócios. As economias vinculadas à base dos serviços, cujas ocupações não apoiam a estrutura produtiva industrial e agropecuária, demonstraram ser divergentes com a perspectiva de uma classe média assalariada.

¹⁸ Ver: A. Gorz, *O imaterial: conhecimento, valor e capital* (trad. Celso Azzan Júnior, 2. ed., São Paulo, Annablume, 2009); L. Habib, *La force de l'immatériel: pour transformer l'économie* (Paris, PUF, 2011).

Na realidade, ocorreu expansão, em geral, das ocupações simples e relacionadas aos serviços pessoais e domésticos, ambos dependentes da renda das famílias ricas. Diferentemente disso, constata-se que somente nos países de maior produção industrial vigorou a formação de uma densa classe média estruturada, não proprietária e assalariada.

Reconhecendo-se que a maior dimensão da classe média assalariada relaciona-se à estrutura produtiva industrial, percebe-se que o deslocamento da produção manufatureira de grande parte das regiões do norte para as do sul do planeta impõe novas consequências para a estrutura social dos países. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar o surgimento de uma nova divisão geográfica da classe média no mundo. Antes disso, contudo, destaca-se a relação da mobilidade social com a classe média. Na sequência, consideram-se o deslocamento geográfico da riqueza e suas consequências para a classe média no mundo e no Brasil.

1.4.1. Padrões de mobilidade e classe média

A natureza da diferenciação entre indivíduos e classes bem como a sucessão de destinos pessoais e geracionais encontram-se direta e indiretamente associadas à diversidade de organização das sociedades. Ao se tomar como referência o conceito de mobilidade social (intra e intergeracional) enquanto medida de mudança no interior das sociedades, podem ser identificados dois tipos fundamentais de estruturação social.

O primeiro tipo se vincula ao sistema de castas, cuja existência de grupos hereditários se apresenta praticamente impermeável às mudanças sociais. Assim, ao longo do tempo essa estrutura de sociedade terminou sendo a referência geral das antigas sociedades agrárias, sem sinais importantes de mobilidade social.

O desenvolvimento das sociedades sem classes desconhecia, em geral, a presença da propriedade privada, mantendo por longo tempo a estabilidade nas relações sociais¹⁹. Mas o estatuto social definido pela hereditariedade

predominou até a consolidação do sistema de classes sociais, sobretudo com a emergência das sociedades urbanas e industriais a partir da segunda metade do século XVIII²⁰.

O desenvolvimento da base industrial capitalista permitiu difundir um segundo tipo de estruturação de sociedade caracterizado por significativas mudanças intra e interclasses sociais. Afóra a difusão da propriedade privada combinada com a estruturação da sociedade em classes, ocorreu um conjunto de mudanças sociais significativas na passagem do velho agrarismo para o capitalismo industrial. Em síntese, a repetição no tempo de segmentos similares e homogêneos foi o traço marcante das primitivas sociedades agrárias, enquanto nas sociedades industriais capitalistas generalizou-se a noção moderna de classe social²¹.

Com o avanço da produção manufatureira para além de sua origem inglesa, especialmente pela difusão dos padrões de industrialização retardatária e tardia, desde o século XIX a estruturação da sociedade em classes passou a ser compreendida por sua dimensão global, ainda que prisioneira de condições fundamentalmente nacionais. A diversidade de possibilidades nas trajetórias pessoais e geracionais associou-se à consolidação da produção de manufatura, gerando a expectativa de conformação de sistemas de relações sociais relativamente menos heterogêneos entre países²².

Nesse sentido, a inserção no mundo do trabalho configurou-se como referência na delimitação constitutiva e de desenvolvimento dos distintos estratos sociais. O aparecimento do termo classe média não proprietária

¹⁹ Ver: M. Godelier, *Antropologia* (trad. Evaldo Sintoni et al, São Paulo, Ática, 1981); M. Mazoyer e L. Roudart, *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea* (trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira, São Paulo, Editora Unesp, 2009); K. Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (trad. Nélcio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2011).

²⁰ Para mais detalhes a respeito de mobilidade e estruturação social, ver: K. Marx, *O capital: crítica da economia política* (trad. Reginaldo Sant'Anna, 22. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004); E. Durkheim, *Da divisão do trabalho social* (trad. Eduardo Brandão, 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 2004); D. Merlić e J. Prévot, *La mobilité sociale* (Paris, La Découverte, 1997).

²¹ Para estudos sobre classe social nas sociedades industriais capitalistas ver: R. Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Societies* (London, Routledge/Kegan Paul, 1959); A. Touraine, *La conscience ouvrière* (Paris, Seuil, 1966); N. Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme au jour d'hui*, cit.

²² Ver: J. Dunlop, *Sistemas de relaciones industriales* (trad. Amadeo Monrabá, Barcelona, Península, 1978); C. Kerr et al, *Industrialism and Industrial Man: The Problems of Labor and Management in Economic Growth* (Princeton, UP, 1975); H. Braverman, *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, cit.

vinculou-se à diferenciação das ocupações assalariadas intermediárias no interior da estrutura produtiva de base industrial, permitindo a sua distinção em relação ao tradicional conceito de classe média proprietária²³.

Em grande medida, a difusão do fordismo nas sociedades industriais ocorreu como norma na organização do trabalho e no estilo de desenvolvimento da produção de bens de consumo duráveis ao longo do século XX. Ainda que marcadamente estadunidense, a estruturação do mercado de trabalho efetuou-se considerando a menor insegurança no emprego e o rendimento associado a planos de cargos e salários praticados na grande empresa. Isso ocorreu, em geral, onde a produção de manufatura aumentou substancialmente, como nos países do centro do capitalismo mundial²⁴.

Também teve importância o papel do Estado na definição do padrão de mobilidade social assentado nas sociedades industriais. As políticas públicas voltadas ao pleno emprego da força de trabalho, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram decisivamente para uma nova estruturação social, em que a classe média exercia um papel importante²⁵. Essa dimensão da classe média mais associada ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social circunscreveu os países europeus no segundo pós-guerra.

²³ Ver: C. Mills, *White Collar*, cit.; R. Erikson e J. Goldthorpe, *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies* (Oxford, Clarendon, 1993).

²⁴ Ver: M. Aglietta, *Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos* (trad. Juan Bueno, Cidade do México, Siglo Veintiuno, 1979); P. Doeringer e M. Piore, *Internal Labour Markets and Manpower Analysis* (2. ed., Nova York, Sharpe, 1985); D. Gordon, R. Edwards e M. Reich, *Segmented Work, Divided Workers: The Historical Transformation of Labor in the United States* (Cambridge, CUP, 1982); F. Zweig, *The Worker in an Affluent Society: Family Life and Industry* (Londres, Heinemann, 1969); M. Pochmann, *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje* (São Paulo, LTr, 1995).

²⁵ Ver: H. Wilensky, *The Welfare State and Equality: Structural and Ideological Roots of Public Expenditures* (Berkeley, UCP, 1975); A. Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*, cit.; C. Offe, *Capitalismo desorganizado*, cit.; W. Beveridge, *Pleno empleo en una sociedad libre* (trad. Pilar López Mañez, Madrid, MTSS, 1988); R. Castel, *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (trad. Iraci D. Poletti, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1998); J. Galbraith, *O novo estado industrial* (trad. Leônidas Gontijo de Carvalho, São Paulo, Abril Cultural, 1982).

Desde o último terço do século XX, contudo, o padrão de mobilidade social motivado pelos avanços da sociedade no nível urbano e industrial sofre importantes alterações, que se dão inicialmente nos países de capitalismo avançado. O esvaziamento da produção industrial combinado com a expansão do setor de serviços na economia faz regredir a estrutura de classes até então existente²⁶. Adiciona-se a isso o fato de que o predomínio das políticas neoliberais reorientou o papel do Estado e favoreceu o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional. A autonomização do poder das altas finanças ocorreu simultaneamente ao maior movimento de deslocamento das plantas industriais do antigo centro do capitalismo estadunidense para regiões periféricas, sobretudo asiáticas.

Em síntese, o ambiente anterior de homogeneização do mercado de trabalho deu lugar a desiguais situações de trajetórias ocupacional e social. A passagem para um assalariamento multipolar levou, por exemplo, ao estilhaçamento da tradicional classe média não proprietária.

Em certo sentido, percebe-se a decomposição da classe média fordista, com a desconstrução dessa identidade diante da crescente desvalorização dos diplomas em meio à massificação dos ensinos técnico e superior e à precarização generalizada dos postos de trabalho. Tudo isso consagrou a fase de ruptura do modelo voltado para a sociedade de classe média²⁷.

Ademais, com a transição da sociedade industrial para a sociedade de serviços, o peso da indústria decaiu mais rapidamente desde a década de 1970, acelerando um movimento já observado desde os anos de 1950. Nessa circunstância, a temática da classe média formada a partir dos serviços ganhou novas perspectivas.

Para alguns autores, a estrutura de classes até então existente sofreu pressão direta das ocupações derivadas do trabalho imaterial relacionado ao

²⁶ Para um melhor detalhamento do padrão de mobilidade social nos países de capitalismo avançado, ver: R. Erikson e J. Goldthorpe, *The Constant Flux*, cit.; E. Wright, *Rethinking, Once Again, the Concept of Class Structure*, em E. Wright (org.), *The Debate on Classes* (Londres, Verso, 1989).

²⁷ Ver: L. Chauvel, *Le destin des générations: structure sociale et cohortes en France au XX^e siècle* (2. ed., Paris, PUF, 2002); G. Lavau, G. Grunberg e N. Mayer, *L'univers politique des classes moyennes* (Paris, PUF, 1983); D. Antunes, *Capitalismo e desigualdade* (Campinas, IFI Editora da Unicamp, 2011).

maior peso do conhecimento²⁸. Ou seja, a gradual alteração da estrutura social tornou-se cada vez mais compatível com a ascensão de uma economia desmaterializada²⁹, cuja diferenciação das formas de ocupação fez crescer também as noções de *inside* (protegido) e de *outside* (desprotegido) no interior do próprio assalariamento³⁰.

O antigo movimento de estruturação do mercado de trabalho passou, inclusive, a dar lugar a trajetórias do desemprego, do contrato parcial de trabalho, entre outras formas de ocupação precária. Em grande medida, a passagem do fordismo para o novo sistema de produção (toyotista) terminou sendo acompanhada de crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e ausência de regulação pública³¹.

Na sociedade dos serviços generalizados das economias capitalistas avançadas, a transição do padrão de mobilidade social ocorre seguida de importantes debates que questionam a utilização recorrente das clássicas categorias de classe social, conformadas que eram anteriormente pela dinâmica própria do capitalismo industrial. Sociedade individualizada, sociedade líquida, classes de serviços, sociedades sem classes, multidões, classes globais, entre outros, são os termos que têm sido usados na profusão de

estudos sobre transformações recentes nas estruturas sociais no centro do capitalismo mundial³².

Por conta disso, o desenvolvimento da produção com menor participação do setor industrial tem gerado certo paradoxo diante do instrumental de análise a respeito da estruturação das sociedades. Tanto assim que há autores que identificam a nova conformação social criada pelo capitalismo global, nem sempre comprometida com o regime democrático, com a expansão econômica e social³³, enquanto outros já não possuem mais a mesma perspectiva³⁴.

De todo modo, o debate a respeito da mobilidade social nas economias avançadas parece diferenciar-se em relação ao curso dos novos acontecimentos em diversos países, sobretudo os subdesenvolvidos. Isso porque se observa a difusão ainda em curso da industrialização tardia tanto em diversos países asiáticos como também em outros que, mesmo sem completar plenamente a industrialização (por exemplo, alguns da América Latina), registram sinais de esvaziamento da produção de manufatura em meio à emergência da sociedade de serviços.

Especialmente em relação à dimensão e ao conceito de classe média, a realidade das economias não desenvolvidas aponta para uma diversidade de situações pouco contempladas pelos estudos originados nas nações ricas³⁵. Se há um deslocamento na geografia global da produção industrial, a divisão

²⁸ Ver: J. Binlé (org.), *Rumo às sociedades do conhecimento: relatório mundial da Unesco* (Lisboa, Instituto Piaget, 2008); A. Tourainé, *La société post-industrielle*, cit.; D. Masi (org.), *A sociedade pós-industrial* (São Paulo, Senac, 1999); K. Kumar, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo* (trad. Carlos Alberto Medeiros, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1997); M. Castells, *A sociedade em rede* (São Paulo, Paz e Terra, 1999); C. Bidou-Zacharlsen, *À propos de la "service class": les classes moyennes dans la sociologie britannique*, *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 41, n. 4, 2000, p. 777-96.

²⁹ Ver: A. Goiz, *O imaterial*, cit.; H. Amorim, *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo* (São Paulo, Annablume/Fapesp, 2009); O. Bomsel, *L'économie immatérielle: industries et marchés d'expériences* (Paris, Gallimard, 2010).

³⁰ Ver: L. Chauvel, *Le destin des générations*, cit.; A. Lipietz, *La société en sabbat: le partage du travail contre la déchirure sociale* (Paris, La Découverte, 1996).

³¹ Ver: R. Kazis e M. Miller (orgs.), *Low-Wage Workers in the New Economy: Strategies for Productivity and Opportunity* (Washington, DC, UP, 2001); R. Infante (org.), *La calidad del empleo: la experiencia de los países latinoamericanos y de los Estados Unidos* (Santiago, OIT, 1999); J. Freyssinet, *Le temps de travail en miettes* (Paris, L'Atelier, 1997); R. Sennett, *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* (trad. Lygia Araújo Watanabe, São Paulo, Companhia das Letras, 1999).

³² Destacam-se, por exemplo: M. Hardt e A. Negri, *Multidão: guerra e democracia na era do Império* (trad. Clóvis Marques, Rio de Janeiro, Record, 2005); D. Rothkopf, *Superclass: The Global Power Elite and the World They Are Making* (London, Little, Brown, 2008); R. Frank, *Riquíssima* (trad. Alessandra Mussi, Rio de Janeiro, Manole, 2008); A. Giddens, *Capitalismo e moderna teoria social: análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber* (trad. Maria do Carmo Cary, 5. ed., Lisboa, Presença, 2000); Z. Bauman, *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas* (trad. José Gradel, São Paulo, Zahar, 2008).

³³ Ver: D. Coates, *Models of Capitalism: Growth and Stagnation in the Modern Era* (Cambridge, Oxford, Polity, 2000); R. Reich, *Supercapitalismo* (Rio de Janeiro, Elsevier, 2008).

³⁴ Ver: E. Melman, *Depois do capitalismo: do gerencialismo à democracia no ambiente de trabalho: história e perspectivas* (São Paulo, Futura, 2002); J. Beinstein, *Capitalismo senil* (trad. Rya Vinagre, Rio de Janeiro, Record, 2001); J. Frieden, *Capitalismo global: el trasfondo económico de la historia del siglo XX* (trad. Juanmari Madariaga, Barcelona, Memoria Crítica, 2007).

³⁵ Ver: OCDE, *Perspectives du développement mondial: le basculement de la richesse* (Paris, OCDE, 2010); H. Kharas, *The Emerging Middle Class in Developing Countries* (Paris, OECD, 2010, Série Working Papers), n. 285.

internacional do trabalho, particularmente a da classe média, sofre alterações significativas, nem sempre consideradas pelos estudos recentes sobre mudança social³⁶.

Além disso, uma parte importante das investigações voltadas à identificação das mudanças sociais nos países desenvolvidos também parece deixar de incorporar aspectos fundamentais das transformações estruturais do capitalismo neste início do século XXI. O resultado disso contribui de forma expressiva para dar mais evidência à aparência do que à essência dos fenômenos sociais atuais.

1.4.2. Deslocamento da riqueza e geografia do crescimento

Desde o final da década de 1960, assiste-se ao aprofundamento dos sinais de deslocamento da produção mundial de manufatura do Ocidente para a Ásia. Inicialmente, isso se deu com o forte desenvolvimento industrial japonês iniciado nos anos de 1950, pelo apoio dos Estados Unidos à reconstrução no segundo pós-guerra.

Posteriormente, já na década de 1970, outros países asiáticos, como Taiwan, Singapura e Coreia do Sul, ganharam crescente participação na produção global de manufatura. Isso ficou mais evidente com a reestruturação japonesa a partir do final da década de 1980, capaz de transferir investimentos industriais para uma parcela da região asiática. Coincidentemente, com a proeminência da China, sobretudo na década de 1990, ocorreu um maior deslocamento da produção mundial de manufatura³⁷. Em 2010, por exemplo, a China respondeu por quase 15% de toda a produção mundial de manufatura, enquanto em 1990 mal alcançava 2,5%.

³⁶ Destacam-se como análises consistentes: R. Franco, M. Hoppenhayn e A. León (orgs.), *Las clases medias en América Latina* (Cidade do México, Siglo Veintiuno, 2010); A. Bárcena e N. Serra (orgs.), *Clases medias y desarrollo en América Latina*, cit.

³⁷ Ver: R. Leão, E. Costa Pinto e L. Acioly (orgs.), *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (Brasília, Ipea, 2011); F. Jabbour, *China: infraestrutura e crescimento econômico* (São Paulo, Anita Garibaldi, 2006); C. Medeiros, Desenvolvimento econômico e ascensão nacional, em J. Fiori, C. Medeiros e F. Serrano (orgs.), *O mito do colapso do poder americano* (Rio de Janeiro, Record, 2008); R. Shapiro, *A previsão do futuro: como as novas potências transformarão os próximos 10 anos* (trad. Mario Pina, Rio de Janeiro, Best Business, 2010).

As projeções para o ano de 2020 apontam para uma participação equivalente da Ásia em relação à produção global de manufatura sob a responsabilidade atual dos países desenvolvidos. Estes, por sinal, apresentam desde a década de 1990 uma queda contínua em suas participações relativas no produto industrial do mundo. No ano de 2010, por exemplo, o peso dos países desenvolvidos no valor global da manufatura foi de 66,2% ante 81,5% em 1990.

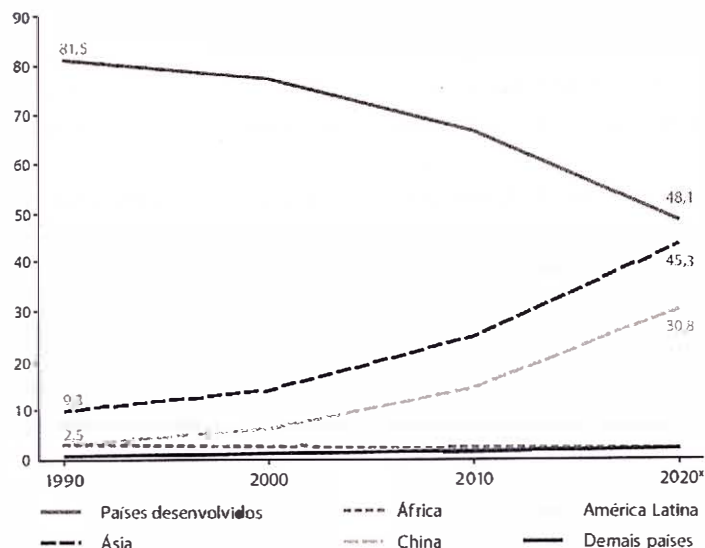
Desde os anos 1980, a economia dos países asiáticos cresce mais rapidamente que a do conjunto do mundo, avançando, com isso, o peso de sua industrialização em termos globais, bem como adensando suas cadeias produtivas e diversificando as exportações. Com isso, as economias asiáticas, especialmente a da China, aproveitam a onda da globalização neoliberal para melhor se colocarem na repartição da produção global.

Em outros países, como nos da América Latina, o desempenho econômico distanciou-se da trajetória asiática³⁸. O processo de abertura comercial e de integração passiva à globalização desde o final da década de 1980 resultou na redução relativa de sua participação na produção global de manufatura, ao mesmo tempo em que terminou reforçando a especialização de sua estrutura produtiva nos setores de maior conteúdo de recursos naturais e intensivos em mão de obra. Na virada para o século XXI, a participação relativa da América Latina na produção global de manufatura caiu 13,7%. No ano de 2010, por exemplo, ela foi de 6,3%, enquanto em 1990 alcançava 7,3%. (Ver figura 1.1.)

Em resumo, a economia global vem conhecendo transformações estruturais associadas ao deslocamento do antigo centro dinâmico do mundo, até então representado pelos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para parte importante das economias que não fazem parte da própria OCDE. No começo da segunda década do século XXI, por exemplo, o peso dos países não membros da OCDE na repartição do PIB mundial equivalia ao pertencente ao conjunto da OCDE.

³⁸ Ver: R. Carneiro, *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina* (Santiago, Nações Unidas, 2012, Série Macroeconomía del desarrollo), n. 117; J. Neffa e E. Toledo, *Trabajo y modelos productivos en América Latina: Argentina, Brasil, Colombia, México, y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal* (Buenos Aires, Clacso, 2010); F. Sarti e C. Hiratuka (orgs.), *Perspectivas do investimento na indústria* (Rio de Janeiro, Synergia, 2010); CNI, *O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI* (Rio de Janeiro, Campus, 1999).

Figura 1.1 – Evolução da distribuição do valor agregado da manufatura em anos selecionados (total = 100%)



Fonte: Onudi-UN (elaboração do autor)

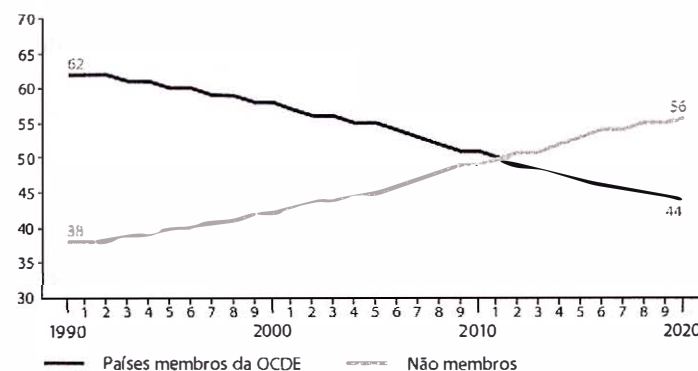
* Projeção

Noutras palavras, o total da produção global repartida igualmente para as duas partes do mundo, sejam os países de fora, sejam os pertencentes à OCDE. Para o ano de 2020, por exemplo, as projeções apontam para a participação relativa do conjunto das nações pertencentes à OCDE de 44% do Produto Interno Bruto global, enquanto em 1990 esse mesmo conjunto de países ricos respondia por quase dois terços do PIB global. (Ver figura 1.2.)

A mudança na repartição geográfica da riqueza mundial segue acompanhada da queda na taxa de miseráveis no mundo. É isso o que se pode constatar com base na análise da evolução do parâmetro de medida de pobreza estabelecido a partir de uma linha monetária das necessidades de consumo a serem atendidas.

De acordo com as estimativas para a dimensão dos miseráveis no mundo, compreendidos pelo rendimento *per capita* familiar de até US\$1,25 por

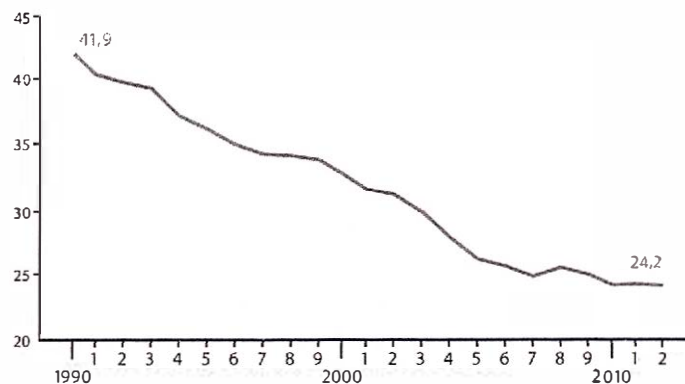
Figura 1.2 – Evolução da participação dos países membros e não membros da OCDE no Produto Interno Bruto mundial (total = 100%)



Fonte: OCDE (elaboração do autor)

dia, observa-se a queda de quase 42% de toda a população, em 1990, para menos de um quarto no início da segunda década do século XXI no planeta. (Ver figura 1.3.)

Figura 1.3 – Evolução da parcela da população mundial que vive com até US\$ 1,25 por dia (PPA*)



Fonte: Banco Mundial (elaboração do autor)

* PPA – Paridade no Poder Aquisitivo.

Como a maior parte da pobreza se concentra nos países não membros da OCDE, percebe-se que o deslocamento da riqueza no mundo ocorre simultaneamente à redução na parcela da população que vive diariamente com até US\$ 1,25. Nesse sentido, o crescimento econômico mais intenso nos países não desenvolvidos tem permitido melhorar as condições de vida da população na base da pirâmide social. Os efeitos desse importante fenômeno na estrutura social não se apresentam homogêneos entre países. A mudança mais significativa, contudo, tende a convergir para um reposicionamento global da classe média, conforme identificada a seguir.

1.4.3. Redivisão internacional da classe média

A formação de estruturas sociais complexas deve-se à transição das primitivas sociedades agrárias para as avançadas estruturas sociais urbanas e industriais. Estas, por sinal, consolidaram trajetórias significativas de mobilidade social impulsionadas pela força do capitalismo industrial, cuja essência justificou o aparecimento de uma nova classe média não proprietária.

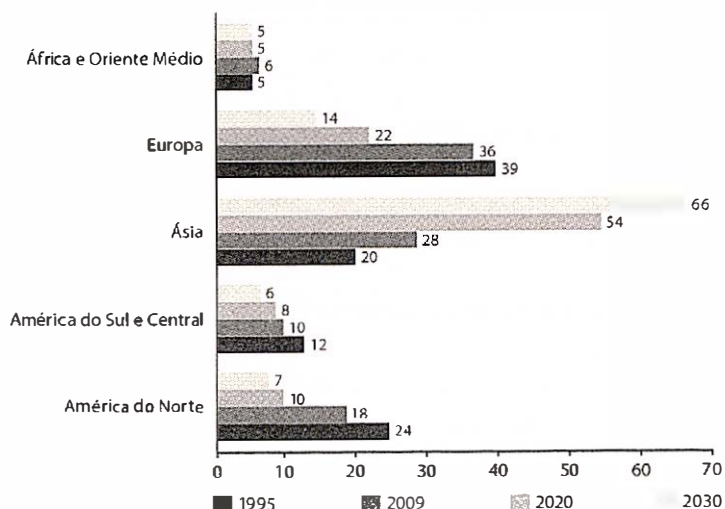
Ainda que a definição de classe social não deva se restringir ao critério de rendimento, utilizam-se aqui as informações oficiais existentes para comprovar as hipóteses lançadas anteriormente a respeito do desenvolvimento da classe média motivada pelo vigor do capitalismo industrial. Os países em ritmo de desindustrialização tendem a perder importância relativa de suas classes médias no total global, ao contrário daqueles beneficiados pelo deslocamento geográfico da produção de manufatura que fortaleceu ainda mais a estrutura social, com importante ênfase na classe média não proprietária. (Ver figuras 1.4 e 1.5.)

Observa-se, por exemplo, que no ano de 2009 cerca de um quarto da população do planeta era considerada de classe média pelo critério exclusivo de renda. Ou seja, o equivalente a 1,8 bilhão de pessoas, cujo rendimento médio familiar *per capita* encontrava-se entre US\$ 10 e US\$ 100 por dia (PPA)³⁹.

Para o ano de 2020, projeta-se o conjunto de 3,2 bilhões de pessoas identificadas por seu rendimento na condição de classe média, isto é, uma elevação acumulada de 76,1% em duas décadas. Por um lado, a América do Norte

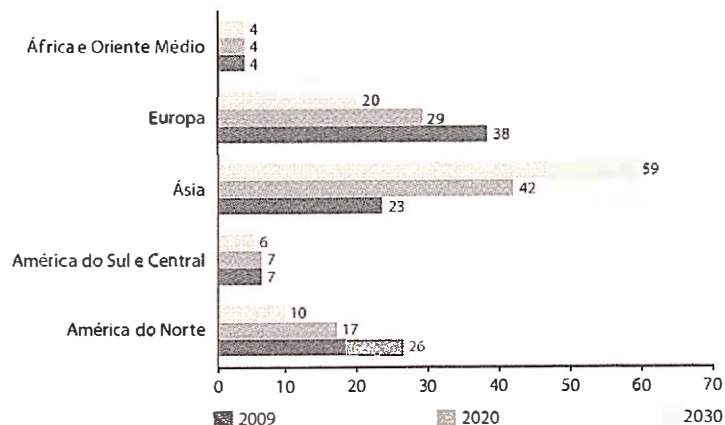
³⁹ Ver: H. Kharas, *The Emerging Middle Class in Developing Countries*, cit.; OCDE, *Perspectives économiques de l'Amérique Latine* (Paris, OCDE, 2010).

Figura 1.4 – Evolução da participação relativa da população com renda pessoal entre US\$ 10 e US\$ 100 por dia (PPA)



Fonte: OCDE (elaboração do autor)

Figura 1.5 – Evolução da participação relativa da população com renda pessoal entre US\$ 10 e US\$ 100 por dia (PPA)



Fonte: OCDE (elaboração do autor)

parece ser a única área do planeta que aponta queda absoluta na quantidade de pessoas com rendimento classificável como de classe média (-1,5%).

Por outro lado, constata-se que somente os países pertencentes à Ásia projetam aumento absoluto e relativo na quantidade de habitantes vivendo na condição de classe média para o período de 2009 a 2020. Daqui a sete anos, por exemplo, mais de 54% da classe média medida por critério exclusivamente monetário deverá se concentrar nos países asiáticos.

Na comparação entre os anos de 1995 e 2009, o movimento de perda de importância relativa no total da classe média tornou-se ainda mais evidente nos países não asiáticos. No caso das Américas do Sul e Central, por exemplo, a diminuição relativa no total da classe média global foi de 16,6% no mesmo período de tempo.

Também se percebe o decréscimo na participação relativa, não necessariamente absoluta, da população global considerada de classe média por critério meramente monetário. Os casos mais evidentes disso são os países europeus e os da América do Norte. O inverso ocorre na trajetória dos países da Ásia. Entre 1995 e 2009 houve um aumento de 40% na expansão relativa da classe média asiática.

Ainda para o mesmo conjunto de indicadores de definição de classe média global por critério de rendimento, registra-se a redivisão no total da renda compreendida pelos segmentos de rendimento intermediário (de US\$ 10 a US\$ 100). Nota-se, por exemplo, que somente o conjunto de países da Ásia apresenta a expectativa de aumentar sua participação relativa no total da renda dos segmentos de classe média.

Enquanto a América do Norte projeta uma queda de 34,6% entre 2009 e 2020, a Ásia deve aumentar em 86,2% no mesmo período de referência. Para os países da América do Sul e Central projeta-se estabilidade na participação no total da renda concentrada nos segmentos de classe média.

Em consonância com o deslocamento da riqueza global identificada pelo vigor do crescimento econômico e com a força estruturadora da produção de manufatura, há a tendência de ocorrer uma redivisão geográfica da classe média no mundo. Países anteriormente industriais, como os pertencentes à América do Norte e à Europa, perderam a participação relativa na divisão global da classe média, ao passo que a concentração da produção

de manufatura na Ásia faz convergir o maior peso da classe média para aquela parte do mundo.

1.4.4. *Experiência brasileira recente*

De acordo com o que foi apresentado até aqui, diversos países desenvolvidos, após terem alcançado a maturidade industrial, passaram a conviver com o movimento de desindustrialização absoluta ou relativa. E isso por dois motivos: por um lado, em função do crescimento dos serviços associados à revolução informacional desde a década de 1970, e, por outro, em razão do deslocamento das plantas de manufaturas a partir da década de 1980 para, em grande medida, a região asiática.

Com a formação das cadeias produtivas globais, estimuladas crescentemente pelo maior grau de monopólio das grandes corporações transnacionais, terminou por se distinguir cada vez mais a parte de cada país em relação ao total da produção mundial. Em função disso, a antiga diferenciação entre capital nacional e estrangeiro começa a perder sentido, uma vez que o determinante, a saber, passa a ser a parte em que o país encontra-se presente no interior de cada cadeia global de valor liderada pelas corporações transnacionais.

Os efeitos sobre a estrutura social de cada país desenvolvido tenderam a apontar para o esvaziamento da concepção predominante de “medianização” das sociedades urbanas e industriais. O sentido da precarização das ocupações e da desvalorização dos diplomas diante da massificação da educação voltada para o funcionamento do mercado de trabalho aumentou a perspectiva do declínio, para não dizer do mito da grande classe média assalariada⁴⁰.

Para o Brasil, que assumia a condição de país que nem sequer tinha ainda conseguido completar sua fase de maturidade industrial, pareceu precoce a convivência com sinais de enxugamento do peso relativo do setor industrial no total da produção nacional. Ademais, percebe-se que a própria estrutura social tendeu a se deslocar daquela verificada nos países desenvolvidos.

O exemplo da nova classe média assalariada a partir do segundo quartel do século XX indica o quanto a sua evolução não foi homogênea nem mesmo entre as economias capitalistas avançadas. Em países europeus, por

⁴⁰ Ver: J. Lojane, *L'adieu à la classe moyenne* (Paris, La Dispute, 2005); C. Peugny, *Le destin du berceau: inégalités et reproduction sociale* (Paris, Seuil, 2013).

exemplo, o avanço da classe média assalariada dependeu fortemente do crescimento econômico potencializado pela garantia do pleno emprego e da oferta de renda e pelos serviços gerados pelo Estado de bem-estar social.

Já nos Estados Unidos, o amplo assalariamento composto de quadros técnicos e de nível superior na grande empresa fordista terminou por organizar uma ampla classe média fortalecida em meio ao baixo desemprego e à trajetória da queda gradual na desigualdade social e de renda. O Estado de bem-estar social nos EUA se mostrou contido e distante da experiência europeia de menor desigualdade social.

Na economia brasileira, a configuração da nova classe média assalariada deu-se a partir da instauração da industrialização pesada promovida pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, capaz de facilitar a instalação de grandes empresas, sobretudo no setor de bens de consumo duráveis. Mas o salto mesmo da classe média brasileira ocorreu na década de 1970, com a ditadura militar (1964-1985), estimulando políticas de proliferação de empregos associados à intensa desigualdade de renda. Foram também adotadas políticas públicas orientadas para os mais altos salários (crédito ao consumo, educação superior e política habitacional diferenciada), de modo que se tornou possível a modernização do padrão de consumo para a elite e a classe média assalariada no Brasil.

A desigualdade organizadora do avanço da classe média brasileira permitiu também que essa classe desfrutasse dos serviços de baixo custo, potencializados pelo enorme excedente de mão de obra gerado nas grandes cidades por força do êxodo rural (ausência de reforma agrária). Assim, um verdadeiro exército de serviços esteve voltado à realização de qualquer atividade de sobrevivência, sobretudo em serviço à nova classe média assalariada em ascensão, como nos casos de motoristas particulares, domésticos em profusão, seguranças, adestradores de animais, entre outros.

Constatou-se, assim, a internalização do padrão de consumo moderno praticado apenas nos países de capitalismo avançado. No caso brasileiro, a situação se mostrou singular em função da legião de serviços destinada aos ricos e à classe média assalariada, superior às classes médias assalariadas nas economias desenvolvidas⁴¹.

⁴¹ Ver: J. Mello e F. Novais, *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna* (São Paulo, Editora Unesp, 2009); C. Furtado, *O mito do desenvolvimento* (São Paulo, Círculo do Livro, 1979).

Desde a década de 1980, com a crise da dívida externa, o país abriu uma longa fase de estagnação da renda *per capita*, responsável por impor fortes constrangimentos à mobilidade social. No último quarto do século XX, o abandono do projeto nacional desenvolvimentista foi acompanhado pela emergência das políticas neoliberais de inserção subordinada à globalização financeira. O resultado disso foi a desestruturação do mercado de trabalho, com a expansão do desemprego – que passou de 2,7%, em 1989, para 15% em 2000 –, da informalidade e do desassalariamento formal. Assim, a marginalização dos operários foi acompanhada pelo próprio encolhimento da classe média brasileira.

Entre 1981 e 2002, por exemplo, cerca de 11 milhões de brasileiros foram rebaixados ou constrangidos por uma grave piora na situação social. Especialmente na estrutura ocupacional de postos tradicionais de classe média, os procedimentos de reestruturação industrial, de internacionalização de empresas, de privatização do setor produtivo estatal e de terceirização da mão de obra no setor privado e público levaram ao encolhimento da classe média brasileira⁴².

A recuperação da economia nacional desde 2004, com o abandono das políticas de corte neoliberal e a influência de importantes políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, o Bolsa Família, o crédito ao consumo urbano e à agricultura familiar, as compras públicas, impactou diretamente a estrutura social. Ao mesmo tempo, a volta da mobilidade social, sobretudo na base da pirâmide social, foi motivada pela queda significativa na quantidade de miseráveis e pela ampliação do emprego formal, ainda de menor rendimento.

A melhora na renda impactou o consumo de grande parte da população de baixa remuneração, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil. Nos segmentos tradicionais de classe média assalariada, a mobilidade social não se apresentou considerável, salvo em segmentos proprietários de pequenos negócios e autônomos⁴³.

⁴² Ver: W. Quadros, *Brasil: estagnação e crise* (São Paulo, Gelre, 2004); A. Guerra et al, *Classe média: desenvolvimento e crise* (São Paulo, Cortez, 2006).

⁴³ Ver: W. Quadros, *A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas* (Campinas, IE/Editora da Unicamp, 2008, Série Textos para discussão, n. 148); M. Pochmann, *Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira* (São Paulo, Boitempo, 2012).

Para a classe média assalariada, o enfraquecimento industrial e a precariedade dos postos de trabalho no setor de serviços se chocaram ainda mais com a elevação dos rendimentos e também, por consequência, dos custos em atividades de características serviciais. Assim, a contenção dos serviços baratos que alimentavam o status dos segmentos não proprietários de meios de produção e não vinculados a ocupações no chão da fábrica contaminou, em parte, a possibilidade da reprodução da classe média assalariada.

Da mesma forma, a continuidade de expansão nas ocupações e nos rendimentos da base da pirâmide social passou a exigir a retomada da temática tanto da reindustrialização, para reverter o atendimento de um padrão de consumo por meio de importações, quanto da reconfiguração qualitativa dos serviços públicos. Estas duas tarefas, imprescindíveis na reorientação das políticas econômica e social da atualidade, podem ser portadoras da difusão de verdadeiros empregos de classe média assalariada no Brasil.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado até aqui, percebe-se que o sentido geral das mudanças sociais recentes no desenvolvimento capitalista aponta para um novo tempo na definição da temática da classe média. De forma diversa de períodos anteriores, a dimensão da classe média não requereria considerar necessariamente o movimento mais amplo da divisão internacional do trabalho, como se observa na atualidade.

Tomada fundamentalmente a partir do critério monetário, a classe média assalariada global tende a se concentrar nos países asiáticos por força do movimento maior do deslocamento da produção para esta mesma região do mundo. Com a formação das cadeias globais de produção em meio ao predomínio da globalização financeira neoliberal, percebem-se movimentos de desindustrialização em diversos países.

Por força disso, regiões como América do Norte e Europa, que no passado eram responsáveis pela concentração de dois terços da classe média global, passam a se tornar inacreditavelmente residuais na redivisão da classe média mundial. Estima-se que apenas um contingente de cerca de um quinto do total de pessoas com rendimento familiar *per capita* entre US\$ 10 e US\$ 100 diários esteja localizado nas antigas regiões desenvolvidas.

Cabe, contudo, considerar a predominância da definição de classe média assentada na perspectiva da estruturação social proveniente do desenvolvimento do capitalismo industrial. Na medida em que se assiste ao avanço das sociedades pós-industriais, com forte peso relativo da ocupação de serviços, pode tornar-se sem efeito a aplicação simplista do conceito tradicional de classe, sobretudo na classificação da classe média ancorada no critério de rendimento.

Nas economias de países de rendimento intermediário, que não completaram plenamente o seu processo de industrialização e já precocemente avançam para as estruturas sociais de base nos serviços, o uso do conceito de classe média talvez seja ainda mais extemporâneo. Isso porque a adoção de uma medida descontextualizada da base original de sua materialização pode se revestir apenas e simplesmente de um voluntarismo teórico inconsistente com a realidade, salvo interesses ideológicos específicos ou projetos políticos de reconfiguração de redução do papel do Estado.

Em virtude disso, a questão da classe média em países como o Brasil merece maior aprofundamento, evitando-se conclusões apressadas e nem sempre consistentes com a realidade. Essa abordagem, portanto, será explorada nos capítulos seguintes.

2. CLASSE MÉDIA: FATOS E INTERPRETAÇÕES NO BRASIL

O movimento de transformação da estrutura social brasileira a partir da virada para o século XXI se apresenta como um fato praticamente inquestionável. O mesmo não pode ser dito em relação às interpretações sobre o sentido geral dessas mudanças no conjunto da sociedade.

Inicialmente, a hipótese da alteração na estrutura da sociedade expressa pela identificação de uma nova classe média se estabeleceu rapidamente com dominância explicativa. Gradualmente, contudo, outras interpretações mais profundas a respeito do curso das transformações no capitalismo contemporâneo e de seus efeitos condicionantes no interior da estrutura social brasileira foram surgindo, capazes de questionar a versão da nova classe média por conta de sua fragilidade e de seu simplismo, e por ser tal hipótese desprovida de maior rigor acadêmico.

É nesse contexto que o presente capítulo analisa o movimento recente da incorporação de parcela importante dos trabalhadores de baixa renda no padrão tardio de consumo fordista, equivocadamente associado à ascensão social de classe média. Para isso, busca-se recuperar brevemente as bases por meio das quais a expansão capitalista do segundo pós-guerra do século passado produziu estruturas sociais diferenciadas entre os países.

De um lado, veem-se as economias desenvolvidas que conformaram as estruturas sociais com algum grau de relativa identidade em função do padrão de crescimento urbano e industrial e da ação do Estado de bem-estar social.

Em decorrência disso, houve a generalização da posse dos bens de consumo duráveis, inclusive daqueles de maior valor unitário, como automóvel e casa própria, o que simbolizou um ciclo de expansão econômica associado a certa desconcentração de renda. Inegavelmente, a pressão organizada dos trabalhadores contribuiu por meio das entidades sindicais para a elevação do salário real em conformidade com os ganhos de produtividade e para a redução da jornada de trabalho. Através dos partidos políticos, a agenda dos trabalhadores foi transformada em políticas públicas, e isso por meio da consolidação e da ascensão do Estado de bem-estar social.

De outro lado, há os demais países capitalistas que, sem registrar a difusão integral do padrão fordista do crescimento urbano e industrial, terminaram por constituir estruturas sociais diferenciadas. O processo de periferização do fordismo levou ao subconsumo dos trabalhadores em relação ao padrão de acesso aos bens duráveis como automóvel e moradia própria. Contribuiu para isso a ausência tanto do Estado de bem-estar social quanto de acordos políticos comprometidos com a redução da desigualdade na distribuição dos frutos da expansão econômica. Um bom exemplo disso foi o Brasil, cuja prioridade dada ao crescimento econômico foi acompanhada por uma brutal concentração da renda. Ao final do século XX, o Brasil situava-se entre os três países do mundo com maior desigualdade de renda.

Somente na década de 2000 o país encontrou importante inflexão na trajetória da desigualdade distributiva, com a inversão da antiga prioridade nacional, isto é, com a opção pelo estabelecimento da repartição da renda como um dos principais fatores determinantes para a promoção do crescimento econômico e para a difusão do consumo de massa.

Ademais, o avanço do Estado de bem-estar social revelou o vigor histórico das lutas sociais, especialmente das organizações dos trabalhadores desde a recuperação do novo sindicalismo ao final da década de 1970, concomitantemente com a formação de uma nova maioria política favorável à desconcentração da renda. Assim, o Brasil saiu da terceira posição de maior desigualdade de renda no mundo para a décima quarta. Como consequência, a estrutura social brasileira se modificou, tornando-se compatível com a tendência de homogeneização do padrão de consumo de bens duráveis, que até então somente se apresentava plenamente factível aos segmentos de classe

média e de rendas superiores. Ademais, a característica do subconsumo dos trabalhadores brasileiros começou a ser superada com o início do processo de desconcentração da renda nacional.

O estrato social reconhecido pela literatura especializada como de trabalhadores pobres (*working poor*) foi um dos principais beneficiados pelo movimento político de inversão de prioridades (distribuir para crescer) ocorrido no Brasil na primeira década do século XXI. As partes envolvidas a seguir tratam de explicitar o fortalecimento da classe trabalhadora, sobretudo daquela de baixa renda, enquanto resultado da mudança recente na estrutura da sociedade brasileira.

2.1. Padrão de crescimento econômico e estrutura social no capitalismo avançado do segundo pós-guerra

A expansão do capitalismo a partir da segunda metade do século XX ocorreu de maneira diferenciada em relação à trajetória verificada até a década de 1920. De certa forma, houve um expressivo salto em relação à Grande Depressão de 1929 e às duas guerras mundiais, uma vez que se combinou a estruturação e difusão das grandes escalas de produção herdadas da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica desde o final do século XIX com a inclusão em massa de novos consumidores internos e a ampliação do comércio externo.

O esgotamento do sistema monetário internacional associado ao padrão ouro-libra protagonizado pela decadência da velha ordem liberal do século XIX estrangulou o comércio entre as nações a partir de 1914. Ao mesmo tempo, as experiências das duas guerras mundiais revelaram a polarização entre os Estados Unidos e a Alemanha em torno da disputa pela sucessão da arcaica hegemonia inglesa.

O período do segundo pós-guerra iniciou-se com os Estados Unidos exercendo o papel de nação hegemônica do bloco capitalista e com a introdução de um novo sistema monetário vinculado ao padrão ouro-dólar e à ordem mundial, esta regulada pelo poder militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e pelas agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt). Por um lado, com o apoio estadunidense à reconstrução europeia

(Plano Marshall), o comércio externo vigorou, fortalecido pelo crescente investimento das empresas multinacionais, especialmente as norte-americanas.

Por outro lado, o legado de regressão econômica e social expresso pela Depressão de 1929, em meio ao sucesso da experiência de socialismo real atribuída desde a Revolução Russa, em 1917, impôs condições políticas suficientes para a implantação de um importante programa de reformas capitalistas sem paralelo histórico. A emergência do Estado de bem-estar social, consolidada por uma reforma tributária progressiva e responsável pela determinação de os ricos pagarem impostos, ampliou o fundo público de menos de 10% para mais de 30% do Produto Interno Bruto nos países industrializados.

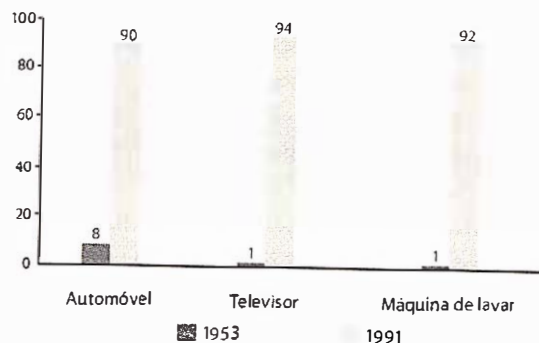
Com isso, parte do custo de reprodução da força de trabalho passou a ser financiada por recursos públicos, como no caso da universalização do acesso público à educação (creche e ensinos fundamental, médio e superior), à assistência social e à saúde. Também por meio de subsídios públicos tornou-se possível reduzir os gastos dos trabalhadores com transporte, habitação e lazer⁴⁴. Antes disso, o custeio desses gastos dependia exclusivamente do salário do trabalhador, limitando o consumo de uma empobrecida cesta de sobrevivência por uma parcela significativa da sociedade.

A generalização dos contratos coletivos de trabalho permitiu levar a democracia ao local de trabalho, com a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e a elevação dos salários em conformidade com a inflação e os ganhos de produtividade. O aumento da remuneração média real dos trabalhadores, acrescida ainda mais pelo salário indireto proporcionado pelo Estado de bem-estar social, esteve combinado à extensão da política de crédito e de inclusão bancária, o que favoreceu o financiamento da aquisição generalizada dos bens manufaturados, sobretudo os de maior valor unitário, como automóvel e casa própria.

No caso dos operários franceses, por exemplo, a posse de automóvel, televisor e máquina de lavar era residual no imediato pós-guerra. Nem um décimo deles possuía carro ou outros bens de consumo duráveis. Menos de quatro décadas depois, a homogeneização do padrão de consumo estava praticamente

concluída, uma vez que a universalização do acesso aos bens duráveis, como automóvel, televisor e máquina de lavar, estava consumada. (Ver figura 2.1.)

Figura 2.1 – França: evolução da posse de bens de consumo duráveis por operários (em %)



Fonte: M. Pochmann, *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*, cit., p. 39

O movimento de desconcentração da renda a partir do segundo pós-guerra mundial se mostrou funcional para o atendimento da demanda das enormes escalas de produção constituídas pela Segunda Revolução Industrial e Tecnológica. Entre 1950 e 1986, por exemplo, o poder aquisitivo do salário mínimo na França cresceu 12% acima da remuneração dos executivos.

Por força da elevação mais rápida do rendimento na base da pirâmide social, o grau de desigualdade entre as remunerações diminuiu rapidamente. Na Itália, por exemplo, o salário médio do operário era de quase quatro quintos da remuneração do empregado de nível superior, enquanto em 1938 representava apenas um terço.

Com isso, a parcela salarial na renda nacional cresceu substancialmente, passando a representar mais de dois terços do fluxo de riquezas geradas anualmente nos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, a taxa de pobreza, que chegou a representar 21% do total da população inglesa em 1953, por exemplo, reduziu-se a 7% em 1971, enquanto vigia praticamente o pleno emprego da força de trabalho.

No mesmo sentido, o gasto social impulsionado pela consolidação do Estado de bem-estar social cresceu substancialmente. Em 1978, por exemplo,

⁴⁴ Ver: J. Mattoso, *A desordem do trabalho* (São Paulo, Scritta, 1995); M. Pochmann, *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*, cit. As informações quantitativas citadas pertencem a essas duas publicações.

a Inglaterra comprometia 27,8% do PIB com o gasto social, enquanto em 1938 isso representava menos de 11%.

A ampliação do valor real da remuneração do trabalhador, acompanhada da elevação do salário indireto pelo Estado de bem-estar social, permitiu cobrir a extensão das despesas familiares para além das alimentares. Até a década de 1940, o ganho do trabalhador cobria fundamentalmente os gastos com alimentação, que chegavam a responder por quase quatro quintos do total do salário dos operários nos países desenvolvidos. Na década de 1970, por exemplo, o trabalhador italiano possuía 71,5% de sua renda média liberada para despesas não alimentares. Cinco décadas antes, somente um terço da remuneração poderia financiar gastos não alimentares.

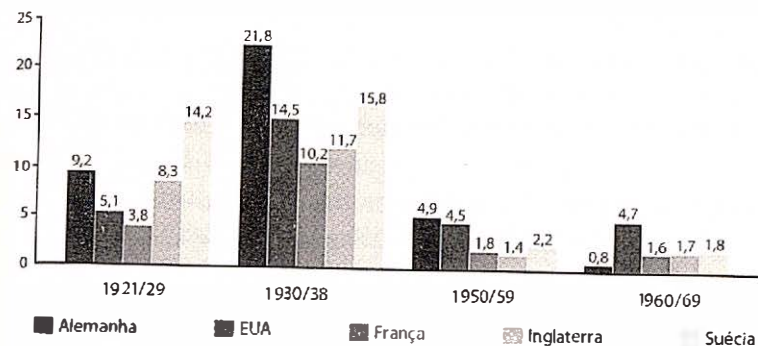
Em síntese, percebe-se como o ciclo do crescimento econômico nos países desenvolvidos possibilitou o fortalecimento da tendência homogeneizadora do padrão de consumo, sobretudo com a generalização do acesso aos bens de consumo duráveis. O capitalismo fordista, com o quase pleno emprego da mão de obra e a elevação direta e indireta do rendimento da classe trabalhadora, especialmente na base da pirâmide social, alterou profundamente a sociedade nos países do centro do capitalismo mundial.

A condição da plena ocupação, com taxas de desemprego abaixo de 5% do total da população economicamente ativa, facilitou o acesso ao crédito para a aquisição de bens de maior valor aquisitivo, bem como impediu que o curso do pagamento futuro do endividamento familiar ocorresse naturalmente. A condição de insegurança da classe trabalhadora ameaçada pelo elevado desemprego e pela rotatividade do trabalho no período pré-guerras terminou afastada na segunda metade do século XX nos países que adotaram o padrão fordista de desenvolvimento. (Ver figura 2.2.)

A inclusão da classe trabalhadora nos frutos do crescimento econômico não levou ao entendimento de que se tratava de uma mudança na estrutura de classes da sociedade, tampouco à ascensão de uma nova classe média. O que houve foi a interpretação de que a força política dos trabalhadores, por meio de suas organizações de interesses (associações, sindicatos e partidos políticos), tornara possível a elevação do padrão de vida com acesso aos direitos sociais e trabalhistas. (Ver figura 2.3.)

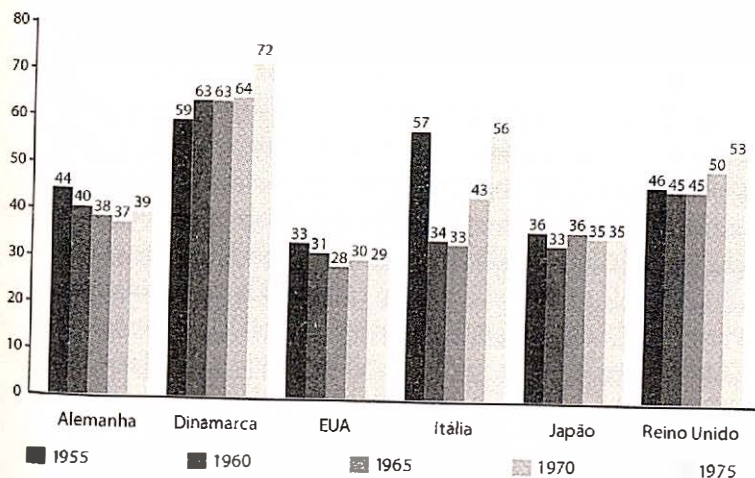
A agenda dos trabalhadores conformada por décadas anteriores de lutas se convertera em realidade, especialmente nos países de capitalismo fordista.

Figura 2.2 – Taxa média de desemprego em países e períodos selecionados (em % da força de trabalho)



Fonte: J. Mattoso, *A desordem do trabalho*, cit., p. 27

Figura 2.3 – Taxa de sindicalização em países e períodos selecionados (em % da força de trabalho)



Fonte: J. Mattoso, *A desordem do trabalho*, cit., p. 47

O acesso aos direitos sociais e trabalhistas elevou e possibilitou a trajetória de homogeneização do nível de consumo a partir do processo de desconcentração da renda funcional alinhado ao ritmo de maior crescimento econômico.

Tanto é assim que as quase três décadas que sucederam o final da Segunda Guerra Mundial passaram a ser reconhecidas como *golden years* (anos dourados) do capitalismo.

No período entre 1950 e 1973, por exemplo, a somatória do Produto Interno Bruto nos países capitalistas fordistas cresceu numa taxa média anual de 4,9%, enquanto as exportações aumentaram, em média, 8,6% ao ano. Na fase anterior, que compreendeu os anos de 1913 e 1950, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de somente 1,9%, enquanto a variação das exportações atingiu o ritmo de apenas 1% no capitalismo pré-fordista.

2.2. Industrialização tardia e subconsumo da classe trabalhadora brasileira

Os países capitalistas que viveram o êxito do fordismo a partir do segundo pós-guerra experimentaram a industrialização no século XIX (industrialização retardatária) ou, ainda, como no caso da Inglaterra, a industrialização original, na metade do século XVIII. Outros países que conseguiram avançar a produção manufatureira somente no século XX conviveram, em geral, com as implicações da industrialização tardia, na maior parte das vezes traduzidas pela dependência tecnológica e o predomínio do capital estrangeiro.

No caso brasileiro, o retardo temporal da industrialização – somente a partir da década de 1930 – impôs urgência à produção manufatureira como se fosse a tradução da cópia de uma estrutura já existente em nações ricas, contando com presença de empresas estatais nativas e grandes empresas multinacionais. A fragilidade na demanda interna, constrangida ainda mais pela ausência de reformas civilizatórias (agrária, tributária e social) e, por consequência, pela dramática concentração de renda, estabeleceu à maioria política responsável pela condução do crescimento econômico o imperativo de fuga para a frente.

Resumidamente, tornou-se necessário o compromisso político por uma expansão econômica a qualquer custo, e isso para fazer frente ao crescimento das taxas, de modo que seria fundamental nesse processo a participação do Estado, como um sócio estratégico no processo histórico de acumulação de capital. Sem isso, a industrialização no Brasil dificilmente teria avançado, tal como se verificou entre as décadas de 1930 e 1970.

Além disso, a fragilidade do regime democrático decorrente da convivência com a descontinuidade dos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985) permitiu que o avanço das forças produtivas continuasse concentrado no poder privado de poucos clãs de famílias que já dominavam o país desde a fase do antigo agrarismo exportador. Não por acaso, o enfraquecimento das organizações de interesses dos segmentos situados na base da pirâmide social travou a possibilidade de homogeneização do padrão de consumo de bens duráveis por parte do conjunto da classe trabalhadora na virada da década de 1980. Um exemplo disso foi a persistência da baixa taxa de sindicalização entre os trabalhadores brasileiros. Em 1975, por exemplo, a taxa nacional de sindicalização foi de 12,8% dos trabalhadores urbanos, enquanto em 1950 era de 13,3%.

Não obstante a identificação de duas fases distintas no processo de industrialização brasileira, o comportamento da sindicalização manteve-se praticamente inalterado. Destaca-se que entre as décadas de 1930 e 1950 a industrialização era restringida, sendo basicamente possível com base na produção de bens de consumo não duráveis e intermediários (produção de cimento, siderurgia, entre outros). As exportações de bens primários como o café ainda continuavam a ser estratégicas na determinação do ritmo da expansão econômica nacional.

Mesmo assim, o curso da incorporação da classe trabalhadora urbana havia sido estabelecido diante do acesso ao conjunto dos direitos sociais e trabalhistas definidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Na fase da industrialização pesada, ocorrida entre 1955 e 1980, as condições econômicas necessárias à elevação do padrão de vida do conjunto da classe trabalhadora se tornaram mais favoráveis, embora fossem insuficientes por si só para permitir a concretização dos avanços esperados.

A presença de um regime autoritário por 21 anos congelou a difusão do Padrão de consumo de bens duráveis, conforme registrado nos países desenvolvidos. A opção por grandes blocos de investimento nesse período consagrou uma industrialização pesada com inegável avanço na base material da economia industrial, porém descolado do desenvolvimento social.

Por um lado, o Plano de Metas de JK (1956-1960) reformulou a estrutura produtiva com a internalização do setor de bens de consumo duráveis, o qual foi assentado na significativa presença de empresas multinacionais europeias e

estadunidenses, tendo, ainda, aliança com empresas estatais e privadas nacionais. Por outro lado, a implantação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento de Geisel (1975-79) concedeu importante salto para a substituição de importações industriais e energéticas, capaz de praticamente completar uma estrutura produtiva diversificada e integrada no espaço nacional.

Num período de cinquenta anos (1930-1980), a produção nacional foi multiplicada por 18,2 vezes (6% ao ano), o que possibilitou estabelecer uma nova estrutura econômica nacional (de base industrial), contemporânea e aliada ao sistema de proteção social e trabalhista para apenas uma parte do conjunto da classe trabalhadora. Embora necessário, o crescimento econômico por si só não se mostrou suficiente para a universalização do padrão de bem-estar social comparável à dos países desenvolvidos.

Assim, o Brasil transformado não se apresentou compatível com os níveis de pobreza, de homogeneização do mercado de trabalho e de grau de desigualdade de renda quando comparado aos patamares dos países desenvolvidos com desempenho econômico similar. Por conta disso, o capitalismo fordista mostrou-se periférico, tendo reservado ao conjunto da classe trabalhadora um papel secundário no acesso ao padrão de consumo de bens duráveis, sobretudo daqueles de maior valor unitário, como moradia e automóvel.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais não se universalizaram, mantendo-se subordinadas ao comportamento da economia. Em síntese, o regime de bem-estar do período prevaleceu corporativo e particularista, o que deixou à margem uma parcela considerável da classe trabalhadora.

Além disso, a estrutura tributária regressiva e dependente de impostos e contribuições sobre o custo do trabalho estabeleceu aos assalariados um maior peso no financiamento da proteção social. Para o empregado urbano, por exemplo, um terço do custo total de contratação se dirigia ao fundo social, condição que lhe permitiria o acesso aos benefícios sociais (aposentadoria, férias, entre outros).

Nesse sentido, a elevação da carga tributária no Brasil assentava-se no reforço da regressividade da tributação nacional. O resultado era o maior peso relativo da carga tributária se apoiando no rendimento dos mais pobres da população. Foi o que aconteceu com a multiplicação da carga tributária brasileira

em 2,7 vezes entre os anos de 1930 e 1960, pois passou de apenas 8,9% do PIB para 24,1%. A participação relativa dos impostos indiretos no total da carga tributária declinou de 86,4% para 67,9% no mesmo período de tempo.

Por ter o financiamento das políticas sociais vinculado à arrecadação indireta, a incorporação de novos beneficiados (geralmente mais pobres) pelas políticas sociais gerou a espontânea saída de setores de maior rendimento. As transformações da educação primária estatal para poucos em ensino público fundamental para muitos na década de 1970 e da saúde regulada para alguns segmentos assalariados em universalização do Sistema Único de Saúde pública nos anos de 1980 constituem exemplos do gradual abandono, por exemplo, da classe média dos serviços do Estado.

Percebe-se, portanto, as dificuldades para a realização de alianças políticas estratégicas entre os trabalhadores e a classe média em favor do Estado de bem-estar social, conforme observado nos países desenvolvidos. No Brasil, o corporativismo de algumas categorias profissionais elitizadas, a meritocracia dos segmentos de maior escolaridade numa sociedade de baixa escolaridade e o particularismo de setores ocupacionais de maior rendimento obstaculizaram ações conjuntas de fortalecimento do sistema de proteção e de promoção social.

Assim, a redução na participação relativa do rendimento do trabalho na renda nacional ocorreu concomitantemente à expansão econômica sustentada por escalas crescentes de produção de bens manufaturados. A separação da trajetória dos salários em relação aos ganhos de produtividade indicou uma redução da parcela salarial de 56,6% na renda nacional, em 1959/1960, para 50%, em 1979/1980.

O processo de assalariamento da força de trabalho não desfigurou o funcionamento heterogêneo do mercado de trabalho, com a presença de ocupações ilegais, informais, entre outras. Entre as décadas de 1930 e de 1980, a taxa de assalariamento passou de um quinto para dois terços do total da força de trabalho no Brasil.

Mesmo assim resistiram no país várias modalidades de exercício de trabalho não capitalista, ao contrário do que foi registrado nas economias desenvolvidas. Setores econômicos como agricultura de subsistência e serviços urbanos vinculados ao abastecimento (pequenas mercearias, lojas e oficinas de

reparação e de atendimento pessoal e familiar) preservaram, muitas vezes, a condição de economia com trabalho de baixo rendimento. Ao mesmo tempo permitiram também a reprodução da força de trabalho com produtos e serviços de menores preços. Destacam-se, por exemplo, as moradias de auto-construção, muitas vezes em terrenos ilegais, fruto do inchamento das cidades industriais sem planejamento, a produção de alimentação de menor custo e serviços domésticos de contida remuneração, entre outros.

Em função disso, a difusão do padrão de consumo de bens duráveis transcorreu de maneira muito diferenciada no interior do conjunto da população. A internalização periférica do modelo fordista de consumo de massa, como uma espécie de mimética do consumismo exorbitante dos ricos, explicitou-se ainda mais intensamente diante da baixa renda *per capita* nacional.

Não obstante o forte crescimento dessa renda, a sua repartição, contudo, ocorreu de forma extremamente desigual para o conjunto da população. No ano de 1980, por exemplo, constatou-se que 60% da população brasileira mais pobre recebia quantia equivalente a 17,8% da renda nacional, enquanto em 1960 esse número era de 24,9%. Ou seja, houve uma queda de 28,5% na participação dos mais pobres na renda nacional entre os anos de 1960 e 1980.

Como consequência, houve um aumento do peso relativo dos segmentos mais ricos na renda nacional. No contexto da riqueza e da renda fortemente concentradas, a internalização do novo padrão de consumo proveniente dos países ricos ocorreu apenas para os segmentos privilegiados da estrutura social, seja por seu rendimento elevado, seja pelo perfil das políticas públicas adotadas para o andar de cima da sociedade (crédito, tributação, entre outras).

Em síntese, a repartição assimétrica dos bônus do crescimento econômico combinada com políticas públicas mais voltadas aos setores sociais privilegiados resultou na década de 1970 numa difusão direcionada do padrão de consumo fordista para um seleto e contido estrato social do país (classes média e rica), o que é compatível com a consolidação de uma economia cujo consumo de bens duráveis se dá por parte somente de um terço do conjunto da população.

Da mesma forma, o acesso aos principais postos de trabalho produzidos pelo próprio avanço da industrialização pressupunha, em geral, a passagem prévia pelo processo de ensino-aprendizagem que terminou sendo oferecido

com qualidade para somente a cúpula da pirâmide social. Com acesso franqueado à educação superior, o passaporte para a rápida ascensão social esteve ao alcance fundamentalmente de uma elite essencialmente branca.

Tendo o acesso ao ensino superior se transformado em monopólio da elite branca, restou a intensa competição no interior da base da pirâmide social brasileira, sobretudo com as possibilidades de abandono da condição de analfabetismo. Assim, o simples ingresso ao ensino básico funcionaria como elemento diferenciador aos filhos de pais analfabetos e, ainda, facilitador na disputa por vagas mais simples que eram abertas no interior do mercado geral de trabalho.

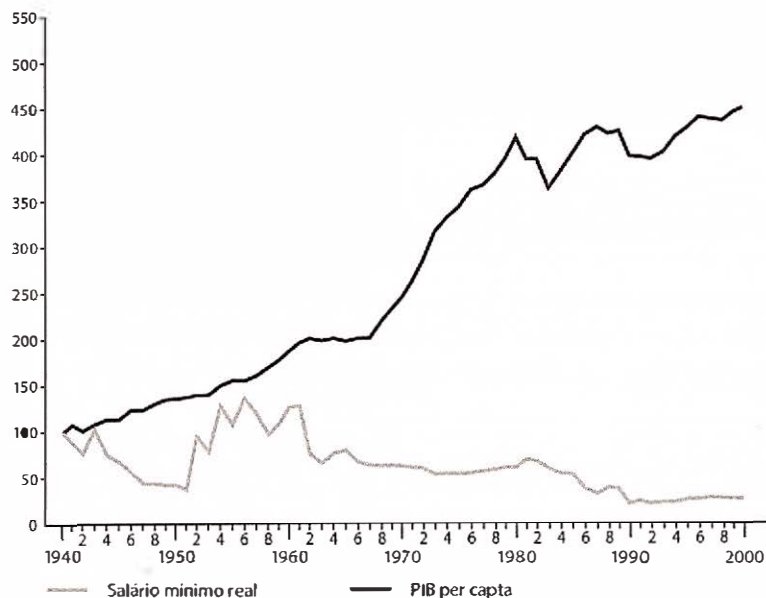
No que diz respeito aos filhos das famílias dos segmentos de maior renda, o ingresso no ensino superior nem sempre representaria o equivalente esforço por parte dos segmentos pertencentes à base da pirâmide social. Com qualidade, o certificado de conclusão educacional assumia a condição de verdadeiro passaporte para os melhores postos de emprego, ocupados, na maior parte das vezes, pela elite branca do país.

Para os segmentos sociais constituídos por negros e mestiços, além da maior exposição à competição imposta pelo restrito acesso educacional, colaborou para essa disputa o funcionamento desigual do mercado de trabalho na base da pirâmide social. Nesse sistema, de maneira geral, a predominância de brutal excedente de mão de obra contribuiu para que a trajetória salarial seguisse abaixo dos ganhos de produtividade.

Ao se somar o esvaziamento do poder sindical, especialmente no processo de negociação salarial, com o rebaixamento da política do salário mínimo, o resultado terminou sendo o rebaixamento do patamar de remuneração dos trabalhadores em geral. Serve de exemplo disso a evolução desconexa do valor real do salário mínimo com o poder aquisitivo da renda *per capita* nacional. (Ver figura 2.4.)

Nas décadas de 1940 e 1950 não houve forte dispersão entre os dois valores reais. A partir da ditadura militar, contudo, o valor real do salário mínimo manteve-se em baixa, enquanto a renda *per capita* prosseguiu crescendo. Com a remuneração associada ao valor do salário mínimo, os trabalhadores pobres ficaram prisioneiros do contido poder de compra de seus salários, ao contrário dos segmentos sociais de remuneração maior, cuja evolução ocorreu

Figura 2.4 – Brasil: evolução do valor real do salário mínimo e da renda *per capita* nacional



Fonte: M. Pochmann, *Desenvolvimento e novas perspectivas para o Brasil* (São Paulo, Cortez, 2010), p. 68

acima da produtividade. Entre 1965 e 1977, por exemplo, a remuneração dos cargos de direção de empresas subiu 145%, enquanto o salário médio do operário aumentou apenas 17%. Nesse mesmo período, a produtividade do trabalho acumulou um crescimento de 103%.

A evolução diferenciada no rendimento do trabalho, especialmente em relação ao contido valor do salário mínimo, terminou se mostrando funcional à estratégia de rápida expansão econômica fundamentada na internalização da produção e no consumo de bens de maior valor unitário (bens duráveis, como automóvel, moradia e eletrodomésticos). Para um país de baixa renda *per capita* como o Brasil, a difusão do padrão de produção e de consumo oriundo de nações ricas somente se daria mais rapidamente pelo caminho da opressiva concentração de renda, com a exclusão, por consequência, de enorme parcela da classe trabalhadora.

Assistiu-se, assim, ao processo de redistribuição intersalarial no interior do mercado de trabalho brasileiro, possibilitado pela transferência de renda da base da pirâmide social para a sua cúpula, sobretudo durante o regime militar. A forte expansão econômica diante das novas escalas de produção terminou deixando de fora os segmentos sociais de maior rendimento.

Por conta disso, a base da remuneração do conjunto de trabalhadores permaneceu comprometida com as despesas de alimentação e de habitação. No final dos anos 1970, por exemplo, quase dois terços da renda do trabalhador eram absorvidos pelas despesas de alimentação e de habitação, enquanto na década de 1950 essas mesmas despesas representavam quatro quintos do rendimento da classe trabalhadora.

Percebe-se também que, no avanço das estruturas privadas de produção, os laços de sociabilidade foram constrictos, uma vez que as forças de mercado tenderam a privilegiar o atendimento dos segmentos já favorecidos. A inclusão bancária pode ser perfeitamente um exemplo disso, uma vez que a base da pirâmide permaneceu excluída, o que permitiu consolidar uma estrutura de crédito fundamentalmente destinada aos segmentos de altas e médias rendas.

Completados quase cinquenta anos de consolidação do centro dinâmico urbano e industrial no Brasil, constituiu-se uma sociedade deformada composta pelos extremamente ricos, pela classe média não proprietária e pela ampla maioria da população situada na base da pirâmide social. Ao contrário do cosmopolitismo que surgiu nas classes altas e médias, possibilitado pela lógica do consumismo e pela preferência dos monopólios sociais, o conjunto da população foi somente favorecido no que tange à mobilidade social. Ou seja, todos os segmentos se moveram simultaneamente, porém com velocidades muito distintas entre si, gerando maior desigualdade social.

É nesse sentido que se constata uma industrialização tardia associada ao subconsumo da classe trabalhadora. Em 1980, quando o Brasil figurava como a oitava maior economia industrial do mundo, a taxa de pobreza absoluta atingia a 48,5% da população e a parcela salarial representava apenas 50% da renda nacional. No mesmo ano, um operário francês precisava de 7 meses e 21 dias de trabalho para comprar um automóvel popular, enquanto um operário brasileiro precisaria acumular 33 meses de salário para poder fazer isso. Nesse mesmo sentido comparativo, o salário do operário francês permitia

adquirir 149 entradas de cinema ao mês, enquanto o operário brasileiro se restringia a somente 77 ingressos.

2.3. Ascensão dos trabalhadores pobres e projeto social-desenvolvimentista

A partir do final da década de 1970, o fortalecimento do chamado novo sindicalismo brasileiro favoreceu a constituição de uma agenda mais ampla do desenvolvimento vinculada ao conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos. Isso já havia ficado claro no final dos anos 1950, com o aparecimento de uma nova pauta sindical moldada pela forte expansão do emprego nas grandes empresas instaladas durante o Plano de Metas de JK, sobretudo na região Sudeste do país.

Até aquela época preponderava a cultura do dissídio coletivo, em que o papel da Justiça do Trabalho era central, definindo, para além da CLT, os parâmetros das relações de trabalho entre patrões e empregados. Isso porque prevalecia a lógica pulverizada das relações de trabalho no âmbito das micro e pequenas empresas, de modo que os sindicatos encaminhavam para a Justiça do Trabalho as reivindicações dos trabalhadores sem que os empregadores se dispusessem a negociar.

Em 1959, por exemplo, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo entregou à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a primeira proposta de contrato coletivo de trabalho de abrangência maior que os limites da empresa privada. Mesmo sem resposta patronal, o novo sindicalismo, originalmente surgido no Brasil no calor das grandes empresas oriundas do Plano de Metas de JK, buscava na negociação coletiva o fórum para a modernização das relações de trabalho.

O golpe de 1964, todavia, soterrou por longo tempo as esperanças das chamadas reformas de base, fortemente impulsionadas pelo sindicalismo ativo do período. Por mais de duas décadas, o regime militar esvaziou o poder da Justiça do Trabalho e proibiu a ação sindical independente, cuja dinâmica regressiva das relações de trabalho foi moldada pela política de arrocho salarial.

Coincidentemente, a retomada da temporada de lutas pelo novo sindicalismo no final dos anos 1970 contribuiu de forma satisfatória para a efetivação da

transição do regime militar ao regime democrático em 1985. Ao mesmo tempo, as relações de trabalho viveram fortes modificações com o avanço da sindicalização, das greves e dos acordos coletivos de trabalho no Brasil.

Em 1988, com a aprovação de uma nova Constituição Federal, a estrutura do Estado de bem-estar social passou a ser formalmente instalada, com a criação do Sistema Único de Saúde e a unificação do Sistema de Assistência e Previdência Social para todos os trabalhadores urbanos e rurais. Ainda que tardiamente, o Brasil começava a criar as bases para a difusão do padrão de consumo de massa, não obstante a regressão socioeconômica registrada nas décadas de 1980 e 1990 com o baixo dinamismo econômico, o crescente desemprego e o amplo processo de exclusão social, gerado especialmente pela adoção de políticas neoliberais.

Com a aceleração inflacionária e a elevação do desemprego, ambos decorrentes do programa de ajuste exportador do início da década de 1980, voltado para o pagamento da dívida externa acumulada na década de 1970, a pauta do novo sindicalismo obteve convergência nacional ainda maior. Nota-se que a retomada do novo sindicalismo foi motivada originalmente pelo rebaixamento das remunerações imposto pela política de arrocho salarial estabelecido pelo regime militar (1964-1985), bem como pela manipulação dos índices de inflação. Destaca-se, ainda, o fato de que no período em que o país acumulou elevados índices de crescimento econômico e ganhos de produtividade o salário médio dos empregados e o salário mínimo dos trabalhadores de remuneração de base não acompanharam nem mesmo a inflação.

Diante da aceleração da taxa de juros dos Estados Unidos e da posição dos bancos credores de não mais emprestarem recursos adicionais aos países endividados do mundo, o antigo governo do regime militar aceitou fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Assim, entre 1981 e 1983, a reorientação da economia brasileira implicou realizar uma forte recessão, encolhendo o nível de emprego e poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores em nome da produção do elevado excedente exportador para o pagamento dos serviços da dívida externa.

Com o arrocho salarial em meio ao regime de superinflação, as greves intensificaram-se, tendo o Brasil alcançado o posto de país com o segundo maior número de paralisações do mundo ao final dos anos 1980.

Em virtude disso, pode-se ressaltar também que até o final da década de 1970 o Brasil possuía, fora da atuação do Estado, somente três atores de relevância e expressão nacional: o Exército, a Igreja e a televisão.

Com o protagonismo da agenda do novo sindicalismo, a pauta de reivindicações dos metalúrgicos do ABC Paulista, por exemplo, tornou-se um anseio de dimensão nacional, permanentemente presente nas greves e nas negociações sindicais das mais diferentes cidades e estados do país. Assim, o novo sindicalismo se converteu, de fato, em ator nacional, e questões como reposição salarial e avanço nos direitos sociais e trabalhistas tornaram-se objeto da luta de diferentes categorias de trabalhadores.

O encaminhamento de parte importante da agenda do novo sindicalismo para os programas dos partidos políticos em expansão na década de 1980 contribuiu ainda mais para a centralidade eleitoral. A volta das eleições presidenciais consolidou a via da inclusão social e trabalhista no primeiro plano da política.

Tanto assim que, entre os três principais colocados no primeiro turno das eleições de 1989, dois expressavam forte identidade com a agenda do trabalho. De um lado, havia Leonel Brizola, como herdeiro da força das lutas dos trabalhadores do período anterior ao golpe de 1964, e, de outro, Lula, como líder emergente do movimento de retomada do novo sindicalismo após a ditadura militar.

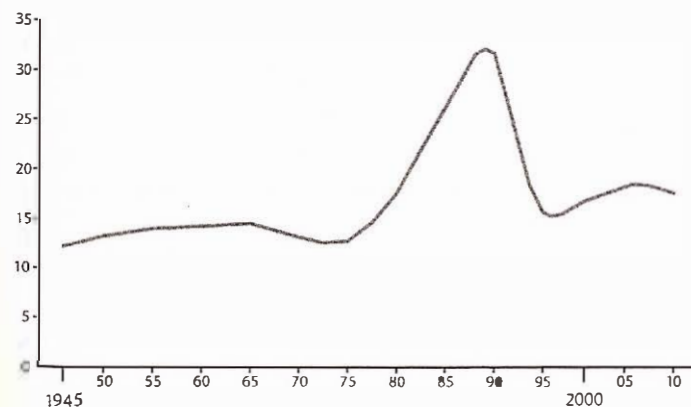
Paradoxalmente, a primeira eleição presidencial desde 1960 não foi convergente com a agenda do novo sindicalismo. A vitória do programa neoliberal representada pela candidatura de Fernando Collor de Mello perseguiu, a partir de 1990 no Brasil, as políticas *antilabor*, a exemplo do que foi observado anteriormente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha, entre outros países.

Ao mesmo tempo, o Brasil retrocedia econômica e socialmente, com a passagem do posto de oitava economia mundial em 1980 para o de décima terceira no ano 2000. Ademais, o país acumulou desemprego em massa, bem como maior redução na participação dos salários da renda nacional. Em 2000, a taxa nacional de desemprego alcançou 15% da força de trabalho, enquanto a parcela salarial passou a corresponder a 39% do PIB. Vinte anos antes, em 1980, a taxa de desemprego era de 2,7% da população economicamente ativa e o rendimento do trabalho representava 50% da renda nacional.

A explosão do desemprego e a perda do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores associaram-se ao movimento governamental de perseguição dos dirigentes sindicais aguerridos e de justicialização dos atos grevistas nas categorias mais importantes do novo sindicalismo. O resultado disso não tardou a se manifestar sobre a atuação sindical, com a forte redução no número de greves e na taxa de sindicalização.

A partir da década de 1990, a quantidade de greves diminuiu cerca de um quarto em comparação às realizadas nos anos 1980, enquanto a taxa de sindicalização decaiu praticamente para a metade. O novo sindicalismo terminou sendo frontalmente atacado, não obstante sua agenda ter se mantido atual, defendida por alguns partidos de oposição ao neoliberalismo. (Ver figura 2.5.)

Figura 2.5 – Brasil: evolução da taxa de sindicalização (em % da força de trabalho ocupada)



Fonte: M. Pochmann, *Desenvolvimento e novas perspectivas para o Brasil*, cit., p. 78

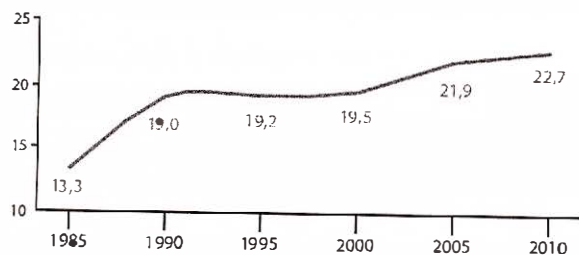
Somente na primeira década do século XXI o país conseguiu reverter novamente as trajetórias declinantes do desemprego e do poder de compra dos trabalhadores. Em 2010, o Brasil não apenas passou a se encontrar entre as seis principais economias do mundo como também reduziu significativamente a pobreza e a desigualdade de renda.

A derrota do neoliberalismo nas eleições presidenciais de 2002 abriu caminho para a implementação da agenda do novo sindicalismo associada à difusão do padrão de consumo de massa e ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social. Para isso, a busca pelo pleno emprego e o combate à pobreza e à desigualdade de renda se mostraram estratégicos.

Com a reversão do desemprego e o melhor reposicionamento do sindicalismo, a densidade sindical voltou a se recuperar. Mesmo assim, a elevação não se mostrou suficiente para retomar a fase anterior, tendo em vista a expansão de postos de trabalho em setores tradicionalmente de baixa filiação sindical, como nos setores de serviços.

Ao mesmo tempo, a consolidação das bases do Estado de bem-estar social favoreceu a ampliação das políticas de garantia do chamado salário indireto ao conjunto da classe trabalhadora. Atualmente, por exemplo, o total dos gastos sociais em proporção ao PIB aproximou-se dos 23%, enquanto ao final da ditadura militar (1985) esse valor era inferior a 14% do Produto Interno Bruto. (Ver figura 2.6.)

Figura 2.6 – Brasil: evolução do gasto social (% do PIB)



Fonte: M. Pochmann, *Desenvolvimento e novas perspectivas para o Brasil*, cit., p. 43

O movimento de constitucionalização dos direitos dos trabalhadores significou a valorização dos princípios da justiça e da solidariedade, permitindo que o gasto social avançasse em relação ao Produto Interno Bruto e passasse a apresentar resultados de melhora importante no bem-estar geral da população⁴⁵.

⁴⁵ Ver: IPEA, *Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas* (Brasília, Ipea, 2009); J. Castro e J. Ribeiro, *Situação social brasileira* (Brasília, Ipea, 2009).

Em 2008, por exemplo, a força dos benefícios da previdência e da assistência social associada à elevação do valor real do salário mínimo evitou que quase 45% dos brasileiros se encontrassem na condição de pobreza extrema.

Em 1988, a pobreza atingia 41,7% da população, e o índice de Gini de desigualdade da renda do trabalho era de 0,62. Duas décadas depois, a taxa de pobreza caiu para 25,3% dos brasileiros (queda de 39,3%) e a desigualdade da renda diminuiu para 0,54 (redução de 11,7%).

Na área da saúde, a trajetória não se mostrou diferente. Percebe-se, por exemplo, como a queda de 62% na taxa de mortalidade infantil (de 50,8 óbitos por mil nascidos vivos, em 1988, chegou-se a 19,3 em 2008) terminou sendo acompanhada pela elevação na expectativa média de vida dos brasileiros em 10,6% (de 65,8 para 72,8 anos entre 1988 e 2008).

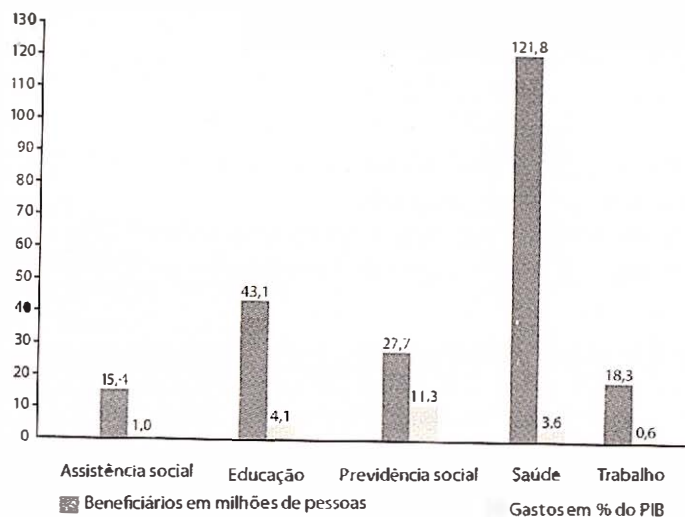
Em relação à educação, observa-se a elevação na frequência escolar de 26,9% para 78,1% entre 1988 e 2008 na faixa etária de 4 a 6 anos; de 84,1% para 98,1% no estrato de 7 a 14 anos e de 52,4% para 83,7% entre 15 e 17 anos de idade, o que contribuiu para a ampliação da escolaridade média da população de 15 anos e mais de idade de 5,1 para 7,4 anos desde a implementação da Constituição Federal de 1988.

Sinteticamente, compreendem-se como a formação dos grandes complexos públicos e sua crescente integração operativamente em cada um dos setores das políticas sociais respondeu de forma positiva à implantação da pauta originária do novo sindicalismo. É claro que desde a segunda metade da década de 1980, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), passando por outras áreas até chegar mais recentemente ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), foi um longo tempo de intensa batalha política e laboral.

Deve-se ressaltar que em cada um dos setores verticalmente organizados das políticas sociais houve também avanços na especialização necessária das ações e do corpo funcional, acompanhado, geralmente, da prévia fixação e até da vinculação da parcela em alguns casos de recursos orçamentários no financiamento de cada uma das políticas sociais. Sem isso, as ações de atenção social perderiam efetividade, especialmente no contexto de baixo dinamismo econômico verificado durante as duas últimas décadas do século XX. (Ver figura 2.7.)

O retorno do crescimento econômico associado ao redirecionamento do gasto social favoreceu a ampliação das possibilidades de emprego e de renda na

Figura 2.7 – Brasil: benefício e gasto em complexos de atenção social em 2008



Fonte: IPEA, *Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas*, cit., p. 16.

base da pirâmide social brasileira. Com isso, o país passou a registrar desde 2004 uma importante inflexão na evolução da estrutura da sociedade. De uma estratificação social congelada ao longo da década de 1990 passou-se a uma significativa mobilidade social nos segmentos de menor rendimento. Em resumo, houve um decréscimo relativo na base da pirâmide social vinculado à ascensão de novos segmentos de rendimento. Isso pode ser constatado se dividirmos o conjunto da população brasileira no ano 2001 em três partes equivalentes e acompanharmos a sua evolução a partir de então. (Ver figura 2.8.)

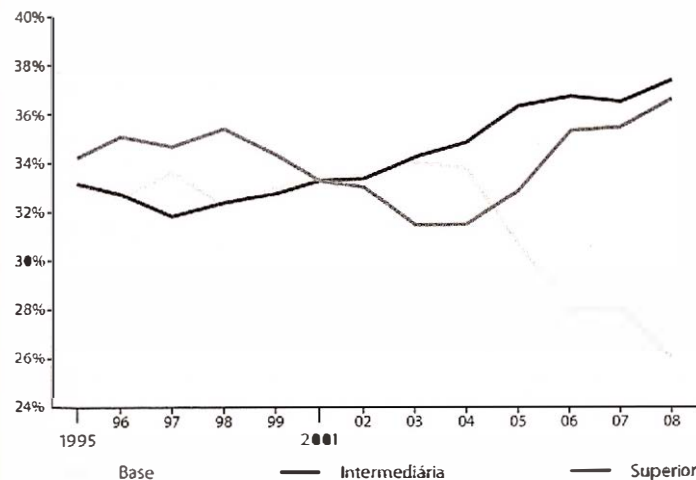
Percebe-se que no primeiro terço do total da população encontra-se a base da pirâmide social, cujo rendimento individual é de até R\$ 188 mensais no que se refere ao ano de 2008. O segundo terço populacional compreende o segmento intermediário de renda, identificado que é pelo rendimento individual de R\$ 188 a R\$ 465 mensais. Por fim, o terceiro e último terço da população representa o estrato superior da renda, com rendimentos individuais acima de R\$ 465 mensais.

A partir dessa divisão populacional em três partes equivalentes se tornou possível retroagir e avançar no tempo em relação ao ano de 2001. O que se

pode ressaltar no período considerado se relaciona à perda de importância relativa no total da população do menor estrato de renda. Entre 1997 e 2004, por exemplo, o segmento de baixa renda era formado por cerca de 34% da população nacional, mas desde 2005 passou a reduzir rapidamente a sua participação relativa. Em 2008, o segmento de menor renda representou apenas 26% dos brasileiros, a menor participação relativa desde 1995.

Resumidamente, percebe-se que a participação relativa da população na base da pirâmide social encolheu 22,8% entre 2005 e 2008, resultado direto da mobilidade ascensional de 11,7 milhões de pessoas para estratos de maior renda. Por consequência, o segundo (médio) e o terceiro (alto) estratos de renda ganharam maior representatividade populacional.

Figura 2.8 – Brasil: evolução da estrutura social segundo três níveis de renda de 1995 a 2008 (total = 100%)



Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (elaboração do Ipea)
Até R\$ 188 mensais *per capita* = base; de R\$ 188 a R\$ 465 = intermediária; acima de R\$ 465 = superior.

A partir de 1997, o estrato intermediário de renda cresceu relativamente à sua participação até 2005, quando apresentou um salto expressivo. Em 2008, o segundo estrato de renda respondeu por 37,4% da população,

enquanto em 1995 ele significava somente 21,8%. Entre os anos de 2004 (34,9%) e de 2008 (37,4%), o estrato intermediário registrou uma elevação relativa de 7,2% no total da população, o que equivaleu à incorporação de 7 milhões de brasileiros.

Na sequência, o estrato superior de renda passou a apresentar uma trajetória de perda relativa na participação populacional. Entre 1998 e 2004, saiu de 35,3% para 31,5% da população, e a partir de 2005 recuperou posição relativa. Em 2008, o estrato social superior respondeu por 36,6% do total da população brasileira, a mais alta participação registrada desde 1995. Entre 2004 (31,5%) e 2008 (36,6%), o crescimento de sua participação relativa foi de 16,2%, significando que 11,5 milhões de brasileiros foram absorvidos no estrato superior de renda.

Em síntese, registra-se que, somente entre 2005 e 2008, 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda, enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no segundo estrato de renda e 11,5 milhões transitaram para o estrato superior de renda.

As modificações recentes na estrutura social brasileira encontram-se diretamente relacionadas à recente trajetória de ascensão social. Somente entre 2001 e 2008, a renda *per capita* nacional cresceu 19,8% em termos reais, ao passo que 19,5 milhões de brasileiros registraram aumento real no seu rendimento individual acima da evolução da renda *per capita* nacional, o que correspondeu a 11,7% do total dos brasileiros com rendimentos crescendo acima da média da evolução da renda *per capita* real do país.

Se considerado o total da população com desempenho superior à renda média do conjunto dos brasileiros, nota-se ainda que 13,5 milhões (69,2%) ascenderam ao estrato de renda intermediária, enquanto 6 milhões (39,8%) passaram para o segmento de renda superior. Na passagem do primeiro para o segundo estrato de renda, registra-se que as regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (34,1%) responderam por quase 71% do movimento nacional de mudança na estrutura social na base da pirâmide brasileira. A região Sudeste registrou a inclusão de 4,9 milhões de indivíduos no segundo estrato de renda, enquanto a do Nordeste incluiu 4,6 milhões, seguido de 1,5 milhão da região Sul (11,1%), 1,4 milhão da região Norte (10,4%) e 1,1 milhão do Centro-Oeste (8,1%).

Considerações finais

Por força do processo de desindustrialização, os países perdem também participação relativa da classe média assalariada no total da população. Ao mesmo tempo, registra-se o deslocamento da maior parcela da classe média mundial para os países asiáticos, em virtude da concentração, nesses países, de parte importante da manufatura global.

No caso brasileiro, as duas últimas décadas do século XX foram marcadas pela regressão econômica e social. Exemplo disso ocorreu com a contenção dos postos de trabalho em geral, sobretudo de classe média, interrompendo quase cinquenta anos de importante mobilidade social, ainda que extremamente desigual.

A partir da década de 2000, o Brasil combinou crescimento econômico com distribuição de renda, o que permitiu a retomada da mobilidade social, especialmente aquela associada à base da pirâmide social. Por intermédio de significativa expansão do nível de emprego com remuneração levemente acima do valor do salário mínimo e garantia de renda aos segmentos empobrecidos da população, ocorreu a incorporação de quase um quarto dos brasileiros no mercado de consumo de massa.

Tal como observado nos países de capitalismo avançado no segundo pós-guerra, parcela importante da classe trabalhadora foi incorporada no consumo de bens duráveis, como televisão, fogão, geladeira, aparelho de som, computador, entre outros. Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento da classe média.

Trata-se, fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo. Porém, diante do movimento geral de consolidação do capitalismo monopolista transnacional, em que cada país participa parcialmente das cadeias de produção, a estrutura social sofre modificações mais importantes ainda.

Por conta disso, o próximo capítulo tem por objetivo destacar o novo dinamismo capitalista, bem como seus impactos na estrutura social dos países, especialmente do Brasil.

C • L E Ç A O
Mundo do Trabalho
Coordenação Ricardo Antunes

Erguendo-se contra as simplificações neoliberais e pós-modernas acerca do capitalismo contemporâneo, este livro esclarece como e por que se propala mundo afora a ideia de “medianização” das sociedades e, no Brasil, a da existência de uma nova classe média.

Dois dos critérios centrais de que se dispunha tradicionalmente para determinar o pertencimento à classe média, isto é, o consumo de bens duráveis e serviços e o crédito bancário, se desfazem na materialidade real, uma vez que esses critérios, agora, alcançam a classe trabalhadora (e, sobretudo, os trabalhadores mais pobres). No entanto, *ideologicamente* esses critérios continuam aparecendo como definidores da classe média, contra todos os dados concretos que mostram de maneira inequívoca o surgimento de uma nova classe trabalhadora brasileira.

Livro de análise contra o senso comum, esta é também uma obra de combate político, atenta aos riscos do encobrimento da realidade social não apenas pelo imaginário neoliberal, mas também pela tradição autoritária da sociedade brasileira, que, avessa ao sentido democrático dos direitos, naturaliza e valoriza positivamente a divisão social como oposição entre o privilégio e a carência. – *Marilena Chauí*



ISBN 978-85-7559-370-7

